

**CRUZANDO FRONTEIRAS INVISÍVEIS:  
DESVENDANDO RELAÇÕES DE GÊNERO EM  
UM ASSENTAMENTO RURAL ORGANIZADO  
PELO MST NO SUL DE MINAS GERAIS**

**PEDRO ROSAS MAGRINI**

**2010**

**PEDRO ROSAS MAGRINI**

**CRUZANDO FRONTEIRAS INVISÍVEIS: DESVENDANDO  
RELAÇÕES DE GÊNERO EM UM ASSENTAMENTO RURAL  
ORGANIZADO PELO MST NO SUL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão social, ambiente e desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

Orientadora

Profa. Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira

LAVRAS  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2010

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da UFLA**

Magrini, Pedro Rosas.

Cruzando fronteiras invisíveis: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no sul de Minas Gerais / Pedro Rosas Magrini. – Lavras : UFLA, 2010.

113 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2010.

Orientador: Maria de Lourdes Souza Oliveira.

Bibliografia.

1. Relações sociais de gênero. 2. Assentamentos de reforma agrária. 3. Movimentos sociais populares. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 307.14

**PEDRO ROSAS MAGRINI**

**CRUZANDO FRONTEIRAS INVISÍVEIS: DESVENDANDO  
RELAÇÕES DE GÊNERO EM UM ASSENTAMENTO RURAL  
ORGANIZADO PELO MST NO SUL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão social, ambiente e desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 26 de fevereiro de 2010

Profa. Dra. Jacqueline Magalhães Alves	UFLA
Profa. Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle	UFLA
Prof. Dr. Benedito Anselmo Martins de Oliveira	UFSJ

Profa. Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira  
UFLA  
(Orientadora)

LAVRAS  
MINAS GERAIS – BRASIL

Às agricultoras e agricultores do  
Assentamento Santo Dias, lutadoras(es)  
que, com muita coragem conquistaram  
meu respeito e admiração,

**DEDICO**

## AGRADECIMENTOS

Pretendo, neste espaço, sem poupar nomes, agradecer a todas as pessoas que conviveram comigo em minha trajetória, ao longo dos últimos anos e que, de algum modo, contribuíram para essa conquista.

Primeiramente, aos agricultores e agricultoras do Assentamento Santo Dias que, ao longo de três anos, me inspiraram com seus conhecimentos e utopias inigualáveis.

À minha mãe, Lolô que, com carinhos imensuráveis, me reconfortou e fortaleceu nos momentos mais difíceis. Ao meu pai, Enaude, origem de minha criticidade que me apoiou em todas as minhas escolhas. A minha irmã, Isabel, pela amabilidade sempre explícita e por sempre nos privilegiar acima de tudo em sua vida. Amo muito vocês.

Um agradecimento muito especial a minha namorada, companheira e melhor amiga, Maria Elisa, que, com amor incondicional, faz meus dias serem extremamente felizes. Sua companhia me faz descobrir que simples atos cotidianos evidenciam o verdadeiro significado da palavra *amor*.

Não posso esquecer de toda a minha família, sejam os *Pignatari Rosa* ou os *Magrini*, sem exceções. Aos queridos primos e primas, tios e tias. As minhas avós, Aurora e Maria e aos meus avôs Josés.

À INCUBACOOP/UFLAm espaço ímpar que me proporcionou experiências inesquecíveis e amizades verdadeiras. Aos companheiros(as): Douglas, Mirella, Eva, Fernanda, Romina, Ana, Marina e todos(as) que passaram por lá.

À Maroca, minha orientadora, que me fez compreender o verdadeiro papel de um(a) educador(a)m na concepção freiriana. Mais que uma orientadora se tornou uma grande amiga que levarei para o resto da vida.

Às amigas Isla e Inês, mulheres diferenciadas que participaram ativamente nos bastidores da pesquisa e que me inspiraram com seus idealismos.

À Jacque, minha coorientadora, pelo apoio e confiança. À Mônica, pela atenção e paciência no acompanhamento de minha trajetória acadêmica e ao Bené, pela colaboração e enriquecimento desta dissertação.

A todos(as) os(as) funcionários(as) e professoras(es) do DAE, pelos sete anos de convivência e muito aprendizado.

À *turma de Bragança*, amigos(as) que, mesmo de longe, sempre foram uma sustentação em minha vida.

Aos ex-membros da República EMBU-7, que me proporcionaram momentos inesquecíveis, brotando algumas amizades e consolidando outras. Aos irmãos Luli, Bad e Bozo e a todos que passaram por lá: Matheus, Lucca, Xico, Marcelão, Edgar, Laurindo e Natan.

A todos(as) da turma 2008/I do PPGA/UFLA, principalmente aos novos amigos, Fred, Ataulpa, Marcão e a velha amiga Camila, que me proporcionaram muito aprendizado e risadas ao longo dos dois últimos anos.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro ao projeto Um olhar em casa e outro no Assentamento: relações de gênero e étnico raciais desafiando processos de empoderamento.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho,

***muito obrigado.***

## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
LISTA DE FIGURAS.....	i
LISTA DE QUADROS.....	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	iv
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	08
2.1 Movimentos sociais de luta pela terra.....	08
2.2 Relações de gênero na luta pela terra.....	17
2.2.1 A mulher no âmbito rural.....	25
2.2.2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o debate de Gênero.....	29
3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	38
4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: ASSENTAMENTO SANTO DIAS E SEU CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO.....	48
4.1 Assentamentos rurais em <i>uma das mais tranquilas jurisdições da felicidade desse mundo: o sul de minas</i> .....	48
4.2 A trajetória do Assentamento Santo Dias: ocupação, acampamento e o assentamento.....	53
4.3 Famílias, assentados e assentadas.....	56
4.4 Organização espacial e social do Assentamento.....	62
4.5 Infra-estrutura e acesso a políticas públicas.....	69
4.6 Produção interna.....	76
5 FAÇAM VALER A VOZ DAS MULHERES: RELAÇÕES DE GÊNERO EM UM ASSENTAMENTO ORGANIZADO PELO MST.....	80
5.1 Divisões político-organizativas do Assentamento na perspectiva de	81



gênero.....	
5.2 Relações de gênero no cotidiano familiar.....	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
7 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	101
ANEXOS.....	108

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Estrutura organizativa do MST.....	31
FIGURA 2	Estágios de observação de Spradley.....	40
FIGURA 3	Sequência circular de pesquisa em ciências sociais.....	42
FIGURA 4	Triangulação de informações.....	46
FIGURA 5	Assentamentos Rurais em Minas Gerais - Distribuição nos municípios.....	49
FIGURA 6	Classificação das microrregiões de Minas Gerais segundo a estrutura fundiária.....	51
FIGURA 7	Mapa do Assentamento Santo Dias.....	64

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Número de famílias e dos respectivos membros do Assentamento Santo Dias.....	59
QUADRO 2	Cadeia produtiva dos principais produtos do Assentamento Santo Dias.....	78

## RESUMO

MAGRINI, Pedro Rosas. **Cruzando fronteiras invisíveis: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no sul de Minas Gerais.** 2010. 113 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG<sup>1</sup>.

Dentro da estrutura que procura viabilizar o funcionamento de assentamentos organizados pelo MST, existem divisões político-organizativas (DPO), como: setores de organização interna, núcleos de famílias, brigadas regionais, cooperativas e associações, entre outras. Este estudo foi realizado com o objetivo de compreender o funcionamento desses espaços, à luz de relações de gênero, e as principais implicações no cotidiano das famílias assentadas. Focalizaram-se modificações de relações de gênero, por meio de diferentes comportamentos de gênero, a partir da gestão das atividades de produção/reprodução e no processo de representação política. O objeto do estudo foi o Assentamento Santo Dias, situado no município de Guapé, região sul do estado de Minas Gerais. Em uma área total de 1.788 hectares, o assentamento é formado por 49 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, organizados pelo MST. A pesquisa de cunho qualitativo foi realizada com base em entrevistas semi-estruturadas, grupos focais, análise de documentos e, principalmente, na observação participante. Foram feitas inúmeras visitas e duas vivências no local, com o objetivo de desenvolver e aprofundar a investigação. Como conclusão, percebeu-se que há uma expressiva atuação das mulheres como representantes dos núcleos de famílias, coordenadoras dos setores de organização interna e na associação do assentamento. O processo de organização coletiva, caracterizado pela busca de horizontalidade, interferiu nos diferentes papéis socialmente atribuídos às mulheres no âmbito rural, entre outras questões, pelo fato de estimular cotidianamente a participação das mulheres nas instâncias decisórias do assentamento, seja por mudanças e/ou flexibilização de relações de gênero. No entanto, também são reproduzidos padrões relacionais fixos, os quais naturalizam atribuições femininas e masculinas tradicionais, sobretudo no espaço doméstico, onde as relações entre homens e mulheres ainda parecem desiguais, seja no trabalho doméstico, no cuidado de filhos(as) e, conseqüentemente, no acúmulo de atividades. Mesmo assim, não se podem deixar de lado os perceptíveis avanços conquistados na busca de igualdade de gênero, sejam eles originários do processo de luta pela terra e/ou na assimilação das linhas políticas do MST, principalmente na titulação conjunta da terra pelo casal e as cotas para mulheres nas DPOs, mas, sobretudo, pela conquista de mulheres e homens que lutam contra qualquer tipo de desigualdade no dia a dia.

---

<sup>1</sup> Orientação: Professora Maria de Lourdes Souza Oliveira – UFLA

## ABSTRACT

MAGRINI, Pedro Rosas. **Crossing invisible borders:** unrevealing gender relations in a rural settlement organized by MST in the south of Minas Gerais. 2010. 113 p. Dissertation (Master degree in Administration) - Federal University of Lavras, Lavras. MG<sup>2</sup>

On the structure which seeks to enable the functioning of settlements organized by MST, there are political divisions organized (PDO), such as: internal organization sectors, cores of families, regional brigades, cooperatives, associations, among others. This study aimed to understand the functioning of these spaces, on the light of gender relations, and the main implications in the daily household seated. Focused on gender relations modifications through different behaviors of gender from the management of production/reproduction activities and in the process of political representation. The object of study was the Santo Dias settlement, located in the municipality of Guapé in the south of the state of Minas Gerais. In a total area of 1.788 hectares, the settlement is comprised 49 families of rural workers, organized by MST. The qualitative research was carried out with semi-structured interviews, focal groups, examination of documents and mainly in note participant. Visits were made to develop and deepen the research. As a conclusion, we realized that there is a large participation of women as representatives of coordinating cores of families, internal organization sectors and the settlement's association. The process of collective organization characterized by horizontal approach to search, interfered in different social roles of women in rural areas, among other things, stimulating everyday participation of women in decision-making bodies of the settlement, is for changes and/or relaxation of gender relations. However, relational patterns are also played forfeiter which female and male naturalize assignments, especially in traditional home where relations between men and women appear to still be at work, home, in care of children and consequently in the accumulation of activities. Anyway, we cannot leave aside the progress in gender equality search, whether they originate in the struggle for land and assimilation of MST's political lines, mainly in the joint land by titration double and quotas for women in the OPD, but, above all, by the conquest of men and women who fight against any kind of inequality in day to day.

---

<sup>2</sup> Advisor: Professor Maria de Lourdes Souza Oliveira - UFLA

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi realizado com o objetivo de investigar as relações de gênero no Assentamento Santo Dias, organizado pelo MST, localizado na cidade de Guapé, sul de Minas Gerais. Despertou o interesse, especificamente para esta investigação, compreender os comportamentos de gênero de assentados e assentadas, com a finalidade de desvendar como são construídas as desigualdades entre homens e mulheres e que caminhos estão sendo trilhados para essa superação.

Contudo, pretendeu-se, antes, esclarecer algumas escolhas, como pesquisador: o porquê do tema relações de gênero, o porquê do lugar assentamento rural e o porquê da organização MST. O que todas essas opções têm a ver com administração? Tais perguntas podem estar sendo feitas pelo(a) leitor(a) nesse momento. Pretende-se justificá-las, discorrendo sobre a concepção do que é administração e, principalmente, sobre os caminhos percorridos desde a graduação até os tempos atuais.

Formado no curso de administração em 2007 na Universidade Federal de Lavras, sempre busquei caminhos alternativos ao chamado *mainstream* da área, no caso, a administração. Encontrei isso fora da sala de aula, em um projeto que trabalhava com um tema estimulante: a economia solidária, outra forma de economia baseada na cooperação, na democracia, na autogestão e na participação equitativa. Dentro desse projeto, intitulado Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOP/UFLA<sup>3</sup>, foram dois anos sem conseguir fazer ligações entre a administração, como curso superior, e as

---

<sup>3</sup> A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras (INCUBACOOP/UFLA) é órgão vinculado à Subcoordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico e Social da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Lavras (CODETS). Tem função gerenciadora e executiva dos projetos de incubação, consultoria e assessoria de empreendimentos solidários na instituição.

atividades de pesquisa e extensão realizadas ao longo desse período. Enquanto na INCUBACOOOP o cooperativismo era debatido em sua forma mais popular ou em sua essência, por outro lado, na graduação, o taylorismo era censurado nas disciplinas como algo superado, inconsistente no método, não como exploratório e selvagem, que representava uma lógica dominante na organização da produção de bens e serviços. Para um debate mais “humano”, tínhamos várias escolas da administração preocupadas com o bem-estar de funcionários, mas que, na verdade, se mostravam como sutis técnicas de disciplina e controle. Afinal de contas, somos todos(as) treinados(as) como patrões, chefes e gerentes.

Pareciam coisas diferentes e, até hoje, acho que realmente são. Precisei fazer mestrado para entender que havia criticidade na área e que a racionalidade gerencial, apesar de hegemônica, não era onipotente. A graduação, hoje, me parece um espaço que buscou nos domesticar, excluindo-nos a possibilidade de enxergar ou, ao menos, saber que existiam outras faces da ciência. Sinto-me enganado e expropriado de um saber crítico. Em quatro anos, poucas, ou nenhuma, foram as vezes que alguma crítica enfática sobre as bases da ciência que aprendíamos era colocada em cheque. Só na pós-graduação tive contato com artigos como O controle político-ideológico e a exploração dos trabalhadores em um hospital: “Contratar ‘burro’ para pagar pouco”. Talvez não estivéssemos preparados para compreender as contradições da administração como ciência social ou, talvez, não seja esta a administração que se propõe e que querem nos ensinar.

Não pretendo aprofundar este assunto. Esse sucinto, mas forte desabafo, tem o intuito de explicar os motivos pelos quais acredito que tudo que pesquisei é parte da administração. Inicialmente, porque sei que a administração não é apenas o que aprendi em grande parte das aulas. Não existe apenas a administração que, segundo Chanlat (2000) (infelizmente só tive o prazer de lê-lo no mestrado), hegemoniza o econômico, cultua a empresa e influencia o

cotidiano das pessoas com um pensamento empresarial exacerbado. Acredito em uma administração intimamente ligada às ciências sociais críticas, em que a empresa é apenas um tipo de organização e o gerente é um tipo de cargo dessa organização. Infelizmente, quando se escolhe essa abordagem, corre-se o risco de se tornar marginal ou alternativo ou, como diz Saffioti (2004), ser julgado como *perfumaria*. Em um capítulo de seu livro, esta autora discorre sobre as taxinomias utilizadas para classificar e dividir as ciências. Na administração isso acontece muito; há estudos de caráter mais quantitativo, palpáveis e objetivos, que predominam na área, além das *perfumarias* que são estudos qualitativos, imensuráveis e de difícil generalização. Por isso, digo: escolhi as *perfumarias* das ciências sociais, acho até que o estereótipo se encaixa muito bem nas opções que fiz, afinal, “gênero é coisa de mulher” e “MST é coisa de sociólogo”. Pelo menos foi o que ouvi inúmeras vezes das mais diferentes pessoas, nos mais diversos lugares.

Assim, avalio que as minhas escolhas foram acontecendo ao longo de minha trajetória, mas todas advêm de uma concepção de administração crítica e heterogênea. Acredito que mais um recorte dessa trajetória no texto elucidará melhor as escolhas pelo tema, o lugar e a organização da investigação. Para isso, será necessário percorrer os caminhos que me levaram a escolher as *perfumarias* das ciências sociais, sobretudo, na Incubadora.

Minha admissão na INCUBACOOP/UFLA aconteceu em plena greve de 2005, por meio de um processo seletivo. Entre uma imensidão de reuniões de planejamento, discussões, conversas e conflitos, mas, acima de tudo, de muito aprendizado e tolerância, me inseri nas diversas atividades que o projeto propunha realizar, principalmente no apoio á constituição de cooperativas populares, seja de catadores de materiais recicláveis, ou de artesãos e artesãs, entre outros. No assentamento, isso aconteceu depois. Foi no final do ano de 2006, com o início do projeto Educação Pré-Cooperativista, com agricultores e



agricultoras de uma área de reforma agrária para a constituição de uma cooperativa popular, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Lavras. Esse projeto visava, basicamente, realizar uma sensibilização em torno dos processos de cooperação agrícola, no intuito de contribuir para a viabilização sócio-econômica do Assentamento Santo Dias, localizado na cidade de Guapé/MG.

A iniciativa para a construção desse projeto surgiu de uma demanda apresentada por um técnico do MST e moradores(as) desse assentamento. O intuito inicial era o de constituir uma cooperativa que viabilizasse a sustentabilidade econômica, visando organizar a produção e a comercialização dos produtos oriundos dos(as) agricultores(as) da área. Assim, tive o privilégio de estar no primeiro contato com assentados(as).

Nos meses seguintes, paulatinamente, o projeto foi se consolidando e, entre atividades diversas, realizou-se um diagnóstico participativo<sup>4</sup> na área, cujo objetivo era levantar informações por meio da participação de moradores(as) do local. Com todos os erros cometidos, mas, sobretudo, muito comprometimento de uma equipe multidisciplinar formada por estudantes de administração e agronomia, foi engrossando e ampliando-se a relação com as famílias da área, descobrindo e, ao mesmo tempo, aprendendo uma nova realidade.

Depois de quase dois anos trabalhando no Assentamento Santo Dias e o consequente ingresso no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras, amadureceu uma proposta que objetivava compreender a participação de mulheres no assentamento. Em 2008, esse amadurecimento se consolidou com a aprovação de um projeto, do qual essa dissertação é parte, pelo CNPq. O projeto denominado Um olhar em

---

<sup>4</sup>Método utilizado para o levantamento de informações, levando em consideração as opiniões e o ponto de vista dos grupos beneficiários que adotam técnicas participativas, muitas delas baseadas nas teorias e metodologias da educação popular (Verdejo, 2006).

casa e outro no Assentamento: relações de gênero e étnico raciais desafiando processos de empoderamento<sup>5</sup> busca ampliar as primeiras descobertas feitas na área e desenvolver o debate de relações de gênero e étnico-raciais, visando à geração de renda. Não se pode deixar de citar que o amadurecimento, mencionado anteriormente, de um projeto mais amplo, aconteceu em um trabalho de grupo, na concepção da palavra que, com muito respeito e idealismo, cada um(a), à sua maneira, tem tido papel salutar no andamento do projeto. Ainda em andamento, ele surpreende cada dia mais.

Após justificar as escolhas no âmbito pessoal, do ponto de vista teórico, outros aspectos podem sustentar a importância desta pesquisa. O primeiro refere-se ao debate sobre relações sociais de gênero, principalmente no que tange à desigualdade de poder. Observa-se, ainda hoje, na condição feminina, que muitas mulheres não podem decidir suas vidas, não se constituem como sujeitos, não exercem o poder e, principalmente, não acumulam, mas reproduzem esse poder, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato o controlam. As relações entre os homens e as mulheres, ou as relações de gênero, são relações desiguais, assimétricas e mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal. Hoje em dia, uma das mais importantes expressões dessa desigualdade de gênero é a defasagem de salários entre homens e mulheres. São questões que confirmam o fenômeno da “feminização da pobreza”, apontados por estudos feministas (Lisboa, 2002).

O segundo aspecto se deve à importância de se analisar os assentamentos rurais brasileiros. São novos espaços cujo dinamismo constante é marcado por idealizações de homens e mulheres. É nesses espaços que tem sido possível, mesmo contrariando previsões e expectativas, vivenciar novas relações sociais em torno da posse da terra: uma nova forma de produzir, um novo controle sobre

---

<sup>5</sup> O projeto conta com a participação de docentes dos departamentos de Administração, Educação e Biologia e discentes de graduação e pós-graduação em administração e agronomia da Universidade Federal de Lavras.

o tempo de trabalho e relações de gênero mais igualitárias. Como o surgimento de novos assentamentos não tem se esgotado, acredita-se e anseia-se que ocorra o aumento do reconhecimento desses espaços, pois ainda há muito que se descobrir neles. A partir das reflexões teóricas desses dois temas, ainda marginais, pretende-se contribuir para a consolidação e a ampliação desses enfoques.

Diante deste contexto, para apresentar os objetivos de pesquisa, algumas questões norteadoras da investigação se fazem necessárias: Que vinculações existem entre a participação das mulheres nas divisões político-organizativas<sup>6</sup> do assentamento e o funcionamento geral da área? Como está sendo construída a percepção de masculino e feminino no assentamento?

O tratamento desses focos permitirá compreender processos de socialização internos às divisões político-organizativas e suas manifestações e interações em outros âmbitos do assentamento.

### **Objetivo geral**

Compreender o funcionamento das divisões político-organizativas do assentamento, à luz de relações de gênero, bem como as principais implicações no cotidiano público e privado das famílias assentadas.

### **Objetivos específicos**

- Identificar contribuições da participação de mulheres nas divisões político-organizativas do assentamento;
- Reconstituir a trajetória histórica de formação das divisões político-organizativas do Assentamento;

---

<sup>6</sup> Entendem-se como divisões político-organizativas (Heredia et al, 2008) os setores de organização interna, a coordenação da área, os núcleos de base e a associação dos(as) agricultores(as) do assentamento Santo Dias.

- Contribuir para o fortalecimento de pesquisas envolvendo a temática relações de gênero na Universidade;
- Identificar, dentro das possibilidades da investigação, alternativas de aproximação entre a Universidade e os assentamentos de reforma agrária.

Este estudo foi organizado em quatro capítulos, além desta introdução. No capítulo I, o referencial teórico está dividido em duas partes. Na primeira, é feito um debate sobre movimentos sociais e sua importância no processo da luta pela reforma agrária. Na segunda parte, apresentam-se reflexões sobre relações de gênero, articuladas ao debate da “mulher rural” e ao MST.

No capítulo II aborda-se metodologia que pautou a investigação qualitativa. Nesse tópico são apresentados os caminhos percorridos pela pesquisa e as diversas técnicas utilizadas, como observação participante, grupo focal, entrevista e pesquisa documental.

O objetivo, no capítulo III, foi caracterizar a área de estudo de maneira ampla, primeiramente acerca de assentamentos rurais na região Sul de Minas. Logo após, apresentam-se o processo de luta pela terra no Assentamento Santo Dias, desde a ocupação; o perfil das famílias e suas origens; a organização espacial e social da área; o acesso às infraestruturas e às políticas públicas e, por fim, a produção interna do assentamento.

No Capítulo IV apresentam-se resultados da pesquisa na compreensão de relações de gênero no Assentamento, buscando direcionar o foco para a participação de mulheres. Cabe esclarecer que essa análise foi realizada em duas categorias distintas, mas inter-relacionadas. A primeira referindo-se a relações de gênero nas divisões político-organizativas e a segunda, no espaço doméstico. Logo após, as considerações finais são apresentadas e o trabalho se encerra com as referências bibliográficas do trabalho.

## **2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

Para investigar relações de gênero dentro das estruturas organizativas de um assentamento ligado a um movimento social popular é necessário utilizar referenciais teóricos coerentes que apoiem a compreensão da pesquisa. Nessa perspectiva, escolhemos, como apoio teórico para essa compreensão, um debate que passa em torno de movimentos sociais de luta pela terra e questões correlatas, como questão agrária, reforma agrária e o MST. A utilização desse referencial, articulado às discussões acerca de relações de gênero, poderá propiciar uma interessante análise da realidade vivenciada em um assentamento rural.

### **2.1 Movimentos sociais de luta pela terra**

O desdobramento em torno de movimentos sociais de luta pela terra necessita de aportes teórico-históricos que permeiam a questão agrária e suas raízes históricas.

A questão agrária brasileira tem sido amplamente estudada por estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento, como Sociologia, Economia, História e Geografia. É um conceito que vem sendo trabalhado e interpretado de várias formas, de acordo com a ênfase que se quer dar aos diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Cada uma dessas ciências apresenta diversas abordagens da questão e, para isso, se utilizam referencial teórico e metodologias particulares.

Stédile (2005, p. 16) trabalha com o conceito de questão agrária como “um conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, o uso e a utilização das terras nas sociedades”. Sua compreensão abrange uma infinidade de questões, como, por

exemplo, como ocorre o processo de ocupação humana e a evolução da luta política no domínio e controle de territórios, além de como se desenvolvem as relações sociais na organização da produção agrícola. Para Silva (1980), a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção, ou seja, como se produz e de que forma se produz. Seus principais indicadores referem-se à maneira como se organizam o trabalho e a produção, ao nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais e à produtividade das pessoas ocupadas no campo.

A abrangência do conceito de questão agrária pode ser demonstrada na tese de Girardi (2008) que, ao elaborar, com riqueza de detalhes inéditos<sup>7</sup>, o atlas da questão agrária brasileira, desenvolveu discussões atuais e uma reflexão sobre a importância da mudança do modelo de desenvolvimento agrário para a solução de problemas da questão agrária brasileira. Para isso, utilizou, como referência, obras clássicas e atuais, identificadas em dois principais paradigmas: o paradigma da questão agrária (PQA) e o paradigma do capitalismo agrário (PCA). No primeiro (PQA), acolhe-se a defesa da pequena agricultura, como forma camponesa de vida e produção com um viés fortemente anticapitalista, isto é, ligado à defesa da reforma agrária como mecanismo de autonomia camponesa em relação à exploração capitalista, negando o fim do campesinato e entendendo que este é criado, destruído e recriado pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo. Essa perspectiva tem como base de sua sustentação

---

<sup>7</sup>Assumindo uma postura crítica da concepção de geografia agrária, o autor procurou ressaltar as contradições do campo brasileiro, inicialmente com um breve histórico da importância da agricultura na ocupação do território brasileiro e o importante papel da agricultura camponesa no atendimento do mercado interno, utilizando os principais elementos da configuração territorial para caracterizar a estrutura fundiária. Também elaborou mapas sobre, por exemplo, a violência no campo brasileiro e, sobretudo, utilizou dados em escala municipal, fato ímpar, em sua tese, o que possibilitou a identificação de detalhes da estrutura fundiária no território nacional. A partir disso, elaborou o mapa do índice de Gini da estrutura fundiária dos municípios brasileiros, fato inédito.

teórica as obras de Kautsky, Lênin e Chayanov<sup>8</sup>. O segundo (PCA) defende o processo de desenvolvimento capitalista no campo, ou seja, a pequena agricultura seria plenamente incorporada ao mercado. Nesse sentido, os camponeses se transformariam em uma nova categoria social, os agricultores profissionais bem como seu modo de vida, que se converteria numa profissão. O trabalho de Abramovay<sup>9</sup> é a principal referência utilizada por Girardi.

Diante dessa perspectiva, a ação de movimentos sociais camponeses se torna ponto crucial no debate da questão agrária. Mas, para que possamos iniciá-lo, se faz necessária uma análise histórica da ocupação no território brasileiro até o início do período de industrialização no campo, fatos preponderantes na emergência dos primeiros movimentos populares rurais.

Foi a partir do ano de 1500, com a invasão portuguesa, que a estrutura agrária brasileira se consolidaria. Depois de diversas aventuras mercantis no território brasileiro, seja no extrativismo do pau-brasil ou na mineração, os europeus perceberam que a grande vantagem comparativa do território era a fertilidade das terras e o potencial de cultivos tropicais. Em relação à propriedade da terra, a forma adotada pelos europeus foi o monopólio de todo o território pela monarquia. Contudo, a coroa garantia a concessão de uso de terras brasileiras por meio das sesmarias, grandes extensões de terras cedidas aos europeus com disponibilidade de capital e compromisso de produção na colônia de mercadorias para exportação. Assim sendo, adotou-se um modelo de organização da produção que servisse a esses interesses. Chamado de *plantation*, esse modelo se caracterizava por grandes áreas agrícolas que praticavam a monocultura para a exportação. Vários foram os produtos de destaque na

---

<sup>8</sup>A Questão Agrária (1986 [1899]) de Kautsky; O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (1985 [1899]) de Lênin; Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1981 [1924]) e La organización de la unidad económica campesina (1974 [1925]), de Chayanov.

<sup>9</sup> Paradigma do capitalismo agrário em questão (1992), de Ricardo Abramovay.

produção brasileira, mas, sem dúvida nenhuma, a cana-de-açúcar e o café, respectivamente, tiveram papel destacado na economia local (Silva, 1980; Stédile, 2005).

A concessão de uso das sesmarias era hereditária, no entanto, não havia a propriedade privada da terra, até que, em 1850, foi promulgada a Lei Euzébio de Queiros ou Lei de Terras nº 601, que normatizava, pela primeira vez no Brasil, a propriedade privada da terra através da compra, considerada por muitos a base legal da concentração de terras no Brasil. Isso impediu que os escravos libertos em 1888 e os imigrantes que chegavam para substituí-los tivessem acesso a terra. A apropriação fraudulenta das terras após esse período, com falsificação de títulos, deu origem às terras devolutas, um dos agravantes da situação fundiária atual (Silva, 1980).

Deste modo, o século XIX foi marcado por um aumento significativo da ocupação do território brasileiro, tendo fatos políticos e econômicos influenciado a atual configuração da distribuição no território. Segundo Girardi (2008), no Brasil, historicamente, a ocupação de novas áreas tem como característica a intensificação das atividades agropecuárias. Com exceção da mineração, a extração vegetal e a agricultura monocultora de exportação foram as atividades econômicas desenvolvidas até o século XX que determinaram a forma de ocupação do território brasileiro. Até então, as regiões efetivamente ocupadas estavam localizadas na costa e a ocupação do interior era bastante rarefeita.

Com a crise do modelo agroexportador do início do século XX, a agricultura, até então hegemônica no cenário econômico e político, se subordinou à indústria, sofrendo, a partir de 1930, um processo de modernização capitalista. Esse processo se caracterizou pela grande mecanização da atividade agropecuária, a expansão das fronteiras agrícolas, o aumento da concentração de terras no país e o êxodo rural. Assim, no final da década de 1950, se intensificou o debate político sobre a reforma agrária e os conflitos fundiários deixaram de



ser localizados. De acordo com Medeiros (2002, p. 16),

foi somente no início dos anos 60 que a reforma agrária se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país. Nesse momento ela passa a ser expressão de um vigoroso movimento no país.

Ainda, segundo Silva (1980, p. 100), a reforma agrária visava alterar a estrutura de posse e uso da terra no Brasil, para que pudesse haver um desenvolvimento rápido das forças produtivas no campo. Esse fato apareceu, no final da década de 1950, “como o remédio para a crise agrária e a crise agrícola por que passava o país”.

A reforma agrária foi apresentada por diversos autores e movimentos sociais como um meio de mudança, em larga escala, na estrutura agrária, de forma a permitir que trabalhadores sem terra, antigos assalariados, pequenos proprietários, posseiros, meeiros e outros tivessem acesso a terra, insumos, mercados, créditos e assistência técnica, ou seja, partindo do princípio de que uma reforma agrária completa no Brasil deve, simultaneamente, reformar a estrutura fundiária, possibilitar acesso à terra e fornecer aos camponeses condições básicas de vida e produção (Pereira, 2000).

Nos sucessivos governos do século XX, as ações de reforma agrária no Brasil tiveram características diferentes, sem, contudo, proporcionar mudanças substanciais. Para Linhares & Teixeira da Silva (1999), é quando se inicia o processo de desenvolvimento capitalista no campo que se exacerbam os problemas da exploração agrícola capitalista, principalmente a concentração fundiária, a proletarianização, a expropriação e a submissão do campesinato. Para Martins (2003), o desenvolvimento econômico do país, dos anos 1950 aos anos 1970, teve como uma de suas implicações a ampla valorização da propriedade

da terra, fosse como meio de produção, reserva de valor e/ou meio de especulação. Com o golpe de 1964, segundo Medeiros (2002), os principais atores no campo e na cidade, que até então impulsionavam a discussão da reforma agrária foram abafados, mas outras críticas, provenientes de vários segmentos sociais, foram incorporadas a esta questão.

A questão agrária continuaria presente no cenário político nacional, mas com características inteiramente novas. Logo no primeiro ano do regime militar, foi aprovada a Lei nº 4505, o Estatuto da Terra<sup>10</sup>, que manteve a questão agrária sob o controle do poder estatal, de maneira que as tensões sociais pudessem ser abrandadas. Por outro lado, o texto da lei representava um avanço na questão fundiária, incorporando reivindicações importantes dos movimentos sociais e dos grupos de esquerda do período anterior ao golpe.

Nos anos posteriores, os investimentos do governo militar foram direcionados, quase que exclusivamente, à colonização da Amazônia. Com a redemocratização, em 1985, e a promulgação da Constituição de 1988, que pela primeira vez trazia a reforma agrária em seu texto constitucional, as ações de reforma agrária passaram a basear-se, principalmente, nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito aos camponeses, sem, no entanto, alterar radicalmente o quadro de concentração da propriedade fundiária no plano nacional, estadual, ou regional.

Apesar da incipiente evolução da reforma agrária no Brasil, do aumento da violência no campo e da territorialização do agronegócio, várias foram as conquistas na luta pela terra e, sem dúvida nenhuma, as maiores modificações no campo brasileiro foram aquelas referentes à ação de movimentos sociais.

---

<sup>10</sup>A Reforma Agrária, no Estatuto da Terra, é colocada como “um conjunto de medidas que visam a promover a melhor distribuição da terra, mediante a modificação no regime da sua posse e uso, a fim de atender os princípios de justiça social e ao aumento da produtividade” (Lei ° 4505, de 1964).

As ações às quais nos referimos se ampliaram e estão muito além da luta pela terra e abrangem diversos temas, como soberania alimentar, direitos humanos e biodiversidade. Entretanto, para compreender a profundidade de ações de movimentos sociais de luta pela terra, cabem aqui algumas questões importantes acerca do próprio conceito de movimento social.

Segundo Gohn (1997), há vários tipos e espécies de movimentos sociais, mas que, muitas vezes, têm sido tratados de forma equivocada, causando confusão entre diferentes formas de ação coletiva, como os movimentos propriamente ditos e lutas, revoltas, protestos, revoluções, insurreições entre outros. Isso acontece, segundo a autora, pois poucos autores se dedicaram a definir ou a conceituar o que entendem por movimentos sociais. Além disso, há inúmeras teorias acerca de movimentos sociais e cada uma tem tido variados entendimentos sobre o que são e a que tipo de manifestação social se referem, evidenciando a amplitude de conceitos, cada qual conforme seus paradigmas.

Ainda segundo Gohn (1997), dentre os diversos paradigmas da teoria dos movimentos sociais, dois se destacam, o norte-americano e o europeu, cada um em seus contextos históricos específicos e lutas e movimentos sociais correspondentes<sup>11</sup>. O paradigma norte-americano tem em Parsons, Selznick e Olson, entre outros, nomes importantes que influenciaram fortemente diversas teorias. Na Europa, Weber, Marx, Habermas, Foucault, Castells, Touraine, Guattari, Castoriadis e Melucci foram as principais figuras das abordagens do continente.

Conforme se percebe por esta rápida exposição não é possível reduzir a multiplicidade de vertentes teóricas que se propõem a conceituar movimentos sociais num modelo geral e universal, assim como também não existe um só tipo de movimento social. Mas é possível, segundo a própria autora, estabelecer

---

<sup>11</sup>Gohn (1997) utilizou um critério geográfico-espacial, como recurso pedagógico, para localizar as correntes teórico-metodológicas de movimentos sociais.

alguns parâmetros mínimos para uma conceituação teórica. Para Gohn (1997, p. 247), “trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada, criando um campo político”.

Na América Latina, influenciada pelo paradigma europeu, o que existe é um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, compreendendo, hegemonicamente, movimentos populares nas áreas rural e urbana.

Os movimentos populares nas áreas rurais no Brasil, segundo Martins (1981), tiveram, a partir do final do século XIX, nos movimentos messiânicos e no banditismo, a origem das primeiras formas de luta e resistência camponesa. Mas foi especialmente com a mobilização das chamadas ligas camponesas, em meados da década de 1950, que ganharam impulso a eclosão de novos conflitos sociais no campo e a luta pela reforma agrária. A formação das ligas camponesas, segundo Martins (2003), com sua bandeira de reforma agrária radical, foi um dos episódios mais significativos da história social brasileira. Para Fernandes (2005), os movimentos socioterritoriais camponeses<sup>12</sup> são os principais responsáveis pela inserção da questão agrária como elemento imprescindível ao desenvolvimento. Esses movimentos defendem causas que representam o que existe de mais atual na questão agrária.

Mais especificamente em relação ao movimento de mulheres rurais no Brasil, observa-se que sua emergência ocorreu por volta da década de 1980, como parte do movimento nacional de luta por um retorno a democracia e, sobretudo, na luta por reconhecimento dos direitos das mulheres e pelo fim da discriminação. Suas reivindicações eram relativas à admissão de mulheres em sindicatos rurais e ao direito a benefícios da previdência social, como licença maternidade remunerada e aposentadoria para as mulheres rurais (Deere &

---

<sup>12</sup> “São os movimentos sociais que têm o território como condição de existência, de trunfo, de possibilidades de recriação. Esses movimentos produzem espaços políticos e realizam ocupações de propriedades privadas, reivindicando o direito à terra ou à moradia” (Fernandes, 2005, p. 44).

León, 2004).

Outros atores relevantes que desempenharam papéis importantes no apoio e na organização de movimentos populares no campo foram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT); eram forças impulsionadoras que concorriam pela hegemonia na organização dos(as) trabalhadores(as) rurais.

O PCB configura-se como importante força no campo, a partir da década 1940, influenciando a luta pela reforma agrária com orientações políticas que se tornaram elementos norteadores de disputa. Segundo Costa e Marinho (2008), até 1960, os dois grandes temas internos para o movimento rural eram conduzidos pelo PCB: a extensão da legislação trabalhista urbana para o campo e a luta pelo reconhecimento sindical.

As Comunidades Eclesiais de Base e a Comissão Pastoral da Terra, ambas ligadas à Igreja Católica, surgiram durante a luta contra a ditadura militar e deram grandes contribuições à redemocratização do Brasil.

As CEBs foram comunidades que se organizaram em torno das paróquias, no âmbito urbano e/ou das capelas, no rural. Seu caráter popular é atribuído à participação massiva de leigos, os quais faziam o trabalho com a comunidade por meio de visitas, organização de reuniões e participação nas celebrações. Foram chamadas “de base” justamente por estarem integradas às classes populares. Estas comunidades impulsionaram a criação de clubes de mães, associações de moradores, inserção no movimento operário e outras iniciativas que fortaleceram vários movimentos sociais (Betto, 1981 apud Oliveira, 2008).

A CPT se desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra como um serviço pastoral, devido à grave situação destes, sobretudo na Amazônia, na década de 1970. Suas ações se ampliaram e, em cada região, a CPT adquiriu tonalidade diferente, de acordo com os desafios que a realidade

apresentava (Oliveira, 2008).

Atualmente, um importante agente de luta pela terra no Brasil é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra ou MST. Criado no final da década de 1970, espalhou-se por todo o território brasileiro, por meio de ocupações de propriedades públicas e privadas, montando e mantendo acampamentos e, sobretudo, buscando legitimação e reconhecimento por parte de agentes do Estado. Suas reivindicações requalificaram a questão agrária brasileira.

## **2.2 Relações de gênero na luta pela terra**

Entendemos que os movimentos sociais são espaços privilegiados de mulheres como sujeitos políticos. Contudo, esse debate se resignou, durante muitos anos, aos movimentos feministas como único local de explicitação das relações de poder contidas nas relações de gênero. Só mais recentemente, os movimentos sociais de caráter popular abrangeram essa temática, transformando-se em locais de práticas de resistência à desigualdade. Para tanto, uma longa caminhada foi percorrida, para que a perspectiva de gênero fosse inserida como pauta imprescindível.

Assim sendo, alguns debates de gênero serão pontuados, entendendo que o conceito, segundo Saffioti (1992, p. 187), “deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais”, ou seja, entende-se que o caráter desigual nas relações de gênero está vinculado a vários aspectos históricos. Essas desigualdades foram e ainda são perceptíveis, tanto nas oportunidades, na divisão do trabalho, bem como nos acessos a processos decisórios.

Na história das sociedades, as relações entre homens e mulheres pode ser demonstrada por meio de diversas dicotomias e na sua consequente hierarquização. Esta oposição tem determinado, por exemplo, como as

sociedades vivenciam o que é cultural ou natural, social ou biológico, razão ou emoção, produção ou reprodução, público ou privado, ativo ou passivo e corpo ou mente. De um lado, o homem, racional, ativo no espaço público, na produção da ciência e da cultura, provedor, universalizado na sua dominação. Do outro lado, a mulher, emotiva, frágil, voltada para a reprodução e o cuidado com os filhos, dependente, sexualmente passiva, obediente e universalizada na sua opressão. Segundo Brym et al. (2006), essa noção binária é uma característica do "essencialismo", postura que adota uma diferenciação entre os sexos como um reflexo da evolução de disposições naturais, ou seja, parte da "essência" da constituição biológica do ser humano.

Para Brym et al. (2006), essa desigualdade entre homens e mulheres existe há cerca de seis mil anos e tem sido socialmente construída, influenciada a partir do surgimento das guerras de longa distância e do desenvolvimento da agricultura de arado. Antes disso, o status e a autoridade eram iguais para ambos os sexos, em grande parte das sociedades primitivas. Saffioti (2004), tendo como base estudos de Johnson (1997) e Lerner (1987), expõe as possíveis causas da transformação das sociedades primitivas para as sociedades atuais. Segundo o primeiro argumento, a produção de excedente econômico, cerca de onze mil anos atrás e a descoberta de que o homem era imprescindível para engendrar essa nova vida foram fatores históricos fundamentais que causaram essa transformação (Johnson, 1997 apud Saffioti, 2004). Ao contrário desse argumento, Lerner (1987) apud Saffioti (2004), baseada em resultados de pesquisas paleontológicas e arqueológicas, discorda, e afirma que essa transformação se deu a partir da participação masculina na *antropoprodução*, que consiste na produção de seres humanos, não apenas biológica, mas também social. Isso deu mais poder ao homem, permitindo-lhe a implantação de um regime de dominação-exploração das mulheres, o patriarcado, que teve início cerca de cinco mil anos atrás.

Todavia, foi no século XIX, com o início da era industrial que a divisão de tarefas e a segregação sexual dos espaços se tornaram mais visíveis (Brym et al., 2006). A atribuição de mulheres vinculou-se à esfera doméstica e a dos homens à esfera pública. Esse fato nada inventa sobre o domínio masculino, mas reformula uma questão muito antiga. Segundo Perrot (1988), essa reformulação tem uma intensidade particular, na medida em que a revolução industrial veio acompanhada, e mesmo apoiada, numa definição mais estrita do público e do privado e dos papéis sexuais.

Criou-se, a partir de então, um imaginário naturalista na sociedade, revigorado nas descobertas da medicina e da biologia, que relegou a mulher à esfera privado-doméstica, um refúgio moral da esfera público-política, considerada amoral e perigosa (Nader, 2001). Esse processo de marginalização condicionou a esfera pública como uma esfera restrita ao homem, acentuando, segundo Perrot (1988), uma aparente racionalidade harmoniosa da divisão sexual.

Apesar de naturalizada, essa condição tem sido amplamente questionada. Várias reivindicações individualizadas e das mais diversas naturezas e, sobretudo, o surgimento de movimentos feministas marcaram profundamente a sociedade ocidental no último século, alterando o sentido da mulher na história e na sociedade. Amparando-nos pelas análises de Brym et al. (2006) podemos distinguir três momentos históricos fundamentais para essa análise : as primeiras reivindicações que emergiram no meio do século XIX; os movimentos feministas do final dos anos 1960 e, por último, os avanços conceituais surgidos nas últimas décadas, com a ampliação do debate de gênero.

O século XX foi marcado pela incorporação da mulher no mercado como sujeito histórico. No entanto, é importante frisar que, antes disso, várias reivindicações surgiram, entre os anos 1840 e 1850. Eram espaços elitizados e que, segundo Nader (2001), buscavam transformar as leis discriminatórias em



uma igualdade formal legal entre homens e mulheres. O sufrágio feminino, o divórcio e os direitos à propriedade, à educação e à participação da mulher na política eram os principais pontos de luta de mulheres que pretendiam a igualdade social e política, sem, no entanto, naqueles momentos históricos, buscar transformar a vida privada familiar (Nader, 2001).

Com a conquista do sufrágio feminino em diversos países do mundo<sup>13</sup>, no início do século XX, os movimentos feministas, bem como seus esforços teóricos, perderam força. A questão feminina ficou acobertada por concepções políticas, filosóficas e econômicas situadas no campo de estudos marxistas, corrente que influenciou diversos movimentos sociais populares e que considerava a construção da divisão social entre os sexos relevante, mas secundária à luta de classes. Estes espaços, num certo sentido, se tornaram um refúgio para as feministas<sup>14</sup>.

Mas, foi a partir das duas grandes guerras que a condição feminina se transformou definitivamente no século XX. Foram eventos fundamentais de conclamação geral de mulheres, principalmente ocidentais, para entrarem no mundo de trabalho, devido à escassez de trabalhadores (Nader, 2001).

Durante a Primeira Guerra Mundial, principalmente na Europa, as mulheres substituíram os homens na maioria das funções produtivas, ocupando grande parte dos espaços deixados por eles. Esta situação logo se modificou e, com o fim da guerra e a volta de um grande contingente de homens, as mulheres foram expulsas do espaço “conquistado”. Segundo Nader (2001), esta experiência de luta causou uma transformação no comportamento da mulher, de caráter irreversível. Sobre a Primeira Guerra, especificamente, tendo assumido diferentes funções até então nitidamente masculinas, Thebaud (1999) apud

---

<sup>13</sup> No Brasil, o sufrágio feminino foi regulamentado em 1934.

<sup>14</sup> Segundo Saffioti (2004), o marxismo é considerado, por diversos(as) autores(as), como sendo *sex-blind*, ou seja, cego para o gênero, opinião que persiste até hoje.

Oliveira (2006), alerta para a natureza das mudanças de comportamento, alegando ter ocorrido “flexibilização de papéis de gênero” e não necessariamente mudanças de relações de gênero, com alterações de hierarquias e conquistas de igualdades de oportunidades, por exemplo.

O período entre guerras representou uma estagnação nos movimentos feministas, uma vez que alguns regimes políticos, como o fascismo e o nazismo, perseguiram um plano de subordinação e submissão feminina (Nader, 2001).

Na 2ª Grande Guerra, a mulher viu-se novamente incumbida de substituir a mão-de-obra masculina e ser substituída ao seu final. Contudo, muitas questões defendidas até então extrapolaram a questão política ou material para uma questão social. Muitas diferenças entre os sexos deixaram de ser consideradas exclusivamente no âmbito privado para dar lugar às questões públicas. Em 1949, foi publicada uma obra clássica e fundamental para a compreensão das origens dos diferentes aspectos de subordinação da mulher na sociedade. No livro *O segundo sexo*, Beauvoir (1980) questionou a situação da mulher na sociedade, ressaltando seu papel submisso frente ao homem. Segundo Saffioti (2004), embora não tenha formulado o conceito de gênero, Simone de Beauvoir mostrou, no decorrer de sua obra, que só a palavra lhe faltava.

No final da década de 1960, começou a surgir uma segunda onda de movimentos feministas, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Eram espaços ainda da elite desses países e buscavam direitos iguais aos dos homens na educação e no emprego, a eliminação da violência sexual e direito ao controle reprodutivo (Brym et al., 2006). Foi a partir deste período que o termo gênero começou a ser utilizado para apoiar a compreensão sobre as diferenças sexuais. Segundo Saffioti (2004), ao contrário do que se pensa, não foi uma mulher que formulou o conceito de gênero. O primeiro estudioso a conceituar gênero foi Robert Stoller, em 1968, mas só com o famoso artigo de Gayle Rubin, *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex* (O tráfico de

mulheres: notas sobre a Economia Política do sexo) que, em 1975, frutificaram estudos de gênero<sup>15</sup>.

A palavra "gênero" se propagou muito rapidamente, substituindo a palavra "mulher" que havia adquirido significados políticos muito claros e fortes na década de 1970. Inicialmente, os movimentos feministas estadunidenses utilizaram o termo para rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos "sexo" e "diferença sexual".

As relações de gênero são compostas por sentimentos, atitudes e comportamentos, geralmente associados a homens e mulheres. Para Soihet (1997, p. 98), gênero é um meio de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana e, mais do que isso, "gênero sublinha o aspecto relacional entre mulheres e homens e nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere em separado". Scott (1989) também enfatiza essa ideia, rejeitando o caráter fixo e permanente da oposição binária "masculino *versus* feminino".

A palavra gênero vem sendo utilizada com o propósito de auxiliar reflexões e/ou desconstruir as vinculações entre as mulheres e a natureza, e, assim, viabilizar simbolicamente a equidade entre homens e mulheres. Gênero também é um conceito de grande importância para delimitar questões de pesquisa e analisar as mais diversas situações sociais. Trata-se de um conceito que pode ser acionado empiricamente para distinguir e descrever categorias sociais e, analiticamente, para explicar as relações que se estabelecem entre elas. Acima de tudo, gênero é uma palavra politizada, uma ferramenta desconstrutiva, um instrumento para produzir efeitos na sociedade, mas que, muitas vezes, é utilizada erroneamente como sinônimo de mulher, deixando de lado o outro lado

---

<sup>15</sup> No Brasil, o conceito se alastrou apenas na década de 1990, com o artigo ***Gênero: uma categoria útil para análise histórica***, de Joan Scott (1989), apesar de estudos sobre mulheres serem datados desde a década de 1960 (Saffioti, 2004).

da relação: o homem (Suárez, 1999).

Apesar do amadurecimento no debate do conceito de gênero, nas décadas de 1970 e 1980, muitas vezes, segundo Cappelle et al. (2007), a teoria feminista representava apenas os interesses de mulheres brancas, de classe média do “primeiro mundo“, criando estereótipos, ao separarem e sobreporem o feminino ao masculino. Cãlas & Smircich (1996) apud Cappelle et al. (2007), criticam a universalidade de questões de gênero levantadas pelas feministas do primeiro mundo, cujo caráter totalitário considera as “outras” mulheres como seres invisíveis. Grossi e Miguel (1995) apud Cappelle et al. (2007), também constataram isso ao destacarem que esse período foi marcado por estudos sobre a condição da mulher, numa perspectiva de isolamento do feminino.

Para Scott (1990, p. 13), as “preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só emergiram no fim do século XX”, quando a ideia se amplia e o conceito de gênero surge, então, como necessidade de relativizar o isolamento feminino, provocando uma dissociação da prática militante e da pesquisa. Esse processo, segundo Lisboa (2002), abriu espaço para os movimentos feministas, caracterizando a terceira fase, pela preocupação com a heterogeneidade da categoria “mulher” e a indissociável articulação desta com as desigualdades sociais e raciais.

Segundo Saffioti (2004, p. 45), o conceito de gênero não se resume a uma categoria de análise, mas também a uma categoria histórica, concebido em várias instâncias, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: “o gênero é a construção social do masculino e do feminino”.

No decorrer da década de 1980, o predomínio da posição universalista e “miserabilista“ da opressão (Perrot, 1988) cedeu lugar à defesa de outra diferença: as diferenças entre mulheres (Carneiro, 2002). Segundo Sohiet (1997) e Suárez (1999), é impossível pensar em uma identidade comum ou uma ideia universal de “mulheres”, sem que esta esteja intimamente ligada a raça, classe,

etnia e sexualidade.

Em sua proposta teórica, Scott (1989) expande o conceito de gênero. Para ela, gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, mas, de outro lado, gênero também é uma forma primeira de significar relações de poder. E, em outro estudo, a autora complementa que gênero

não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade (Scott, 1998 apud Salvaro, 2004, p. 115).

O conceito de gênero de Joan Scott faz conexão entre duas preposições fundamentais, gênero e poder. Por isso, o debate sobre diferentes construções do feminino e masculino na sociedade, que permeia o conceito de gênero, denota nítidas relações de poder (Perrot, 1988; Scott, 1989; Sohiet, 1997; Suárez, 1999; Lisboa, 2002; Saffioti, 2004; Oliveira, 2006; Cappelle et al., 2007).

Apesar do amadurecimento da compreensão do conceito de gênero e sua afirmação em alguns setores da sociedade, seu desconhecimento, em muitos outros espaços, é claro. Num certo sentido, ainda predomina a noção de que estudar “gênero”, ou questões de gênero, está diretamente associado a temas ou “assuntos de mulheres”. A tensão do conceito neste debate pode ser observada em espaços acadêmicos, no poder público e, conseqüentemente, nas diferentes instituições socializadoras, como escola, família e religião. A manutenção dessa noção do conceito, sem dúvida, reproduz e hierarquiza desigualdades de gênero, classe e raça/etnia.

Fica evidente a necessidade de aprofundar teoricamente sobre os movimentos que influenciaram a trajetória das reivindicações feministas nos

diversos países e seus diversos contextos, inclusive no Brasil: como se originaram, como têm se estruturado, que demandas reivindicam entre outras questões. Nesse tópico, adotou-se uma postura mais geral, tendo como foco os movimentos mais influentes na Europa e nos Estados Unidos.

### **2.2.1 A mulher no âmbito rural**

Até o presente momento, observou-se que as assimetrias de gênero são socialmente construídas e que não é muito adequado pressupor uma identidade feminina universal, seja da mulher rural ou urbana. Isso porque, segundo Salvaro (2004), a divisão sexual do trabalho rural e urbano se articula no que se refere às desigualdades de gênero, (re)produzindo-se em todas as esferas da vida humana. Contudo, neste trabalho, atenta-se para o debate da mulher no ambiente rural, base deste trabalho.

O lugar dos indivíduos na estrutura familiar define suas obrigações, tanto na esfera produtiva como na reprodutiva. A simbiose entre família-terra-trabalho, presente em inúmeros grupos sociais de agricultores e agricultoras, reforça a imagem da complementaridade, mas uma complementaridade hierarquizada entre marido, esposa, filhos e filhas (Carneiro, 2002).

Essa hierarquização é demonstrada na desigualdade de gênero do processo de herança, que consiste na transmissão do patrimônio entre os descendentes. Segundo Deere & León (2002), a herança é um dos principais meios de acesso à propriedade da terra e os filhos varões (homens e machos), normalmente primogênitos, têm essa prioridade. Nesse contexto, as mulheres acabam sendo excluídas da herança da terra ou do papel de sucessoras porque seu trabalho na agricultura é visto como uma extensão do papel de esposa e não são socialmente reconhecidas como capazes de chefiar o estabelecimento familiar.

Além da herança, outro fator que impede o acesso e o controle de terra pelas mulheres são as leis específicas que normatizavam o direito à propriedade da terra<sup>16</sup>. A partir da década de 1990, os principais códigos de direitos agrários na América Latina foram modificados, incluindo a igualdade de direitos para homens e mulheres. Entre os principais avanços em favor da equidade de gênero estão as medidas que estipularam a distribuição e a titulação conjunta da terra para casais, pois estabeleceram explicitamente que os direitos de propriedade são conferidos tanto para o homem quanto para a mulher que formem um casal, independentemente do fato de ser casado ou de estar em uma união consensual. Contudo, grande parte dessas novas leis ainda é formulada com linguagem sexista (Deere & León, 2002).

Segundo Carneiro (2002), a “mulher rural” ocupa, no processo produtivo agrícola, em geral, um papel que é tido como secundário tanto pelos homens como pelas próprias mulheres, denominado por Lechat (1996, p. 103) de “mão-de-obra de reserva”. Essa posição, observada também no meio urbano, é expressa nas categorias “ajuda”, para as atividades desempenhadas pela mulher e “trabalho”, para as atividades desempenhadas pelo homem. A dimensão da invisibilidade que cerca o trabalho das mulheres no meio rural é observada, também, na própria distinção entre as denominações “agricultoras” que raramente é empregada e “esposa de agricultor”, muito mais comumente utilizada, delimitando a posição da mulher na família. Nas poucas situações em que a mulher assume tarefas produtivas, normalmente em funções consideradas femininas, a remuneração sempre é inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos costumam ter remunerações distintas.

---

<sup>16</sup>No Brasil, no texto da Constituição de 1988, foi adotada a igualdade explícita de direito à terra por homens e mulheres. No entanto, a titulação conjunta era uma opção, apenas se solicitada pelo casal. Apenas em 2003, com a Portaria nº 981 do INCRA, a titulação conjunta de terras a assentados(as) da reforma agrária se tornou obrigatória.

Alguns aspectos dessas desigualdades foram identificados em estudo realizado na década de 1980, por Paulilo (1987), que fez a distinção entre trabalho “leve” e “pesado” no âmbito rural, em vários municípios no sul e no nordeste do país. Sua conclusão foi enfática no sentido de que regiões distintas, culturas diferentes, com um traço em comum, o trabalho que é “leve” tem remuneração baixa, não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar. Ou seja, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por trabalho feminino e infantil e “pesadas” as atividades realizadas por homens.

A situação das mulheres agricultoras é muito específica. Ela faz parte de uma unidade familiar onde produção e reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um processo único (Lechat, 1996). À medida que esta organização se modifica, com vistas ao trabalho coletivo em um assentamento de reforma agrária, por exemplo, não só o trabalho e sua representação podem se modificar, mas também as relações hierárquicas e de poder.

Segundo Oliveira (2006), os assentamentos de reforma agrária constituem novos espaços de organização sócio-econômicos do meio rural, onde a população envolvida na reforma agrária luta por um projeto de vida e não somente pela sobrevivência. Pensando nos assentamentos como “mosaicos sociais” intrincados de arranjos organizados no espaço da produção e da reprodução (Silva, 2003 apud Oliveira, 2006), sabe-se que as relações sociais são permeadas por vários espaços de tensão, de resistência, de acomodação e de conflito, nos quais diferenças tradicionais de gênero podem ser modificadas, transformadas e/ou reproduzidas.

Para Carneiro (2002), essa situação tem se modificado consideravelmente, principalmente em situações nas quais o exercício de atividades não agrícolas pela mulher assume importância cada vez maior na



manutenção de famílias agrícolas, o que tem apontado para a construção de possibilidade de relações mais igualitárias entre marido e mulher.

Vários estudos recentes têm comprovado a possibilidade de mudanças de relações de gênero desiguais. Cappellin & Castro (1997, p. 113-114), em estudo realizado em três assentamentos do Brasil, analisaram diversas contribuições, segundo a expressão das autoras, de *mulheres/trabalhadoras*, em momentos do cotidiano produtivo e da vida no interior das famílias. Estas autoras adotam três categorias de análise: o fazer, o pensar e o decidir, em que “atuar nas atividades agrícolas nos lotes e realizar os afazeres domésticos são expressões do fazer”; “contribuir diretamente na elaboração do projeto produtivo e do futuro do lote e da unidade doméstica são expressões do pensar” e “participar das tomadas de decisão no que diz respeito à administração e ao planejamento econômico dos lotes, assim como nos projetos familiares, são expressões do decidir”.

Ao comparar os assentamentos estudados, as autoras concluíram que, apesar de serem três realidades distintas, as três categorias apresentaram grande participação de mulheres, sobretudo no fazer e no pensar, mostrando desigualdade, ainda, no decidir.

Em outro estudo realizado por Rua & Abramovay (2000), identificou-se o fundamental papel das mulheres na luta pela terra, sobretudo dentro dos acampamentos. Elas aparecem lutando de forma igualitária em todo o processo de mobilização, sofrendo, junto com os homens, as agressões da polícia. Em certos momentos, tiveram uma atuação mais corajosa do que os homens, contudo, após a conquista da terra, já vivendo nos assentamentos, sua participação nos espaços públicos e nas instâncias de decisão reduziu-se drasticamente. Diversos fatores têm contribuído para esta situação, entre eles, o cuidado de filhos(as), da casa ou, até mesmo, por serem impedidas por seus maridos. As mulheres foram assumindo mais o espaço doméstico, deixando de ter uma participação mais ativa nas assembleias e outras instâncias dos

assentamentos. Outras vezes, as próprias mulheres se acomodaram, por considerar ter alcançado o objetivo com a posse legal da terra.

Além dos estudos citados, vários outros autores (Lechat, 1996; Salvaro, 2004; Oiveira, 2006) buscam compreender relações de gênero dentro do espaço rural, sobretudo em assentamentos rurais. Com resultados diversos e debates amplos, todos mostraram avanços e retrocessos na discussão, concluindo que as relações de gênero ainda são permeadas por desigualdades de poder entre os sexos.

### **2.2.2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o debate de gênero**

No meio rural, um dos movimentos que têm apresentado propostas e discussões sobre relações de gênero é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST). Nesse tópico, propõe-se identificar, de forma mais ampliada, algumas associações entre a trajetória do MST, focando a participação de mulheres na luta pela terra, pela reforma agrária e por cidadania. Além disso, discute-se como têm incorporado institucionalmente a ideia de transformar as relações de gênero no âmbito do movimento, abrindo espaços de participação da mulher, nas múltiplas instâncias de poder existentes em sua estrutura. Antes de explorar a linha política atual do Setor de Gênero do MST, apresenta-se um rápido histórico da organização e identifica-se sua estrutura organizativa, sabendo que esse não é o foco da pesquisa, mas que é fundamental para a compreensão da investigação.

O 1º Encontro Nacional marcou a formação oficial do MST, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, PR. Entretanto, sua constituição pode ser datada em 1979, no mês de setembro, quando aconteceu a primeira ocupação. Cerca de 110 famílias ocuparam a gleba Macali, em Ronda Alta, RS, lideradas pelo Padre Arnildo Fritzen, ligado à CPT (Fernandes, 2000).

Em 25 anos de história, o MST tomou grandes dimensões, tanto em termos numéricos quanto em termos de demandas e reivindicações que vem alcançando. Está organizado em 24 estados, nas cinco regiões do país, abrangendo cerca de 350 mil famílias. Sua estrutura organizacional se baseia em uma cadeia complexa de instituições composta por direção, militantes, base e massa<sup>17</sup>. Segundo Oliveira (2008), existe, hoje, ampla estrutura que organiza desde as famílias acampadas e assentadas até a direção nacional. Configura-se, portanto, uma estrutura burocrática que abrange desde a base até as instâncias superiores. Além disso, o MST se articula junto a uma organização internacional, chamada Via Campesina<sup>18</sup>, que articula camponeses em todo o mundo.

Sua verticalidade é iniciada nos núcleos de base, seguindo pelas brigadas, direção regional, direção estadual e direção nacional e, paralelamente, existem os setores com demandas mais específicas. Com base em Oliveira (2008), detalharemos essa estrutura apresentando a figura a seguir:

---

<sup>17</sup> O MST define sua composição da seguinte forma: direção, militantes, base e massa. “**Direção** é o núcleo dirigente responsável pela direção, proposição, unidade e condução do movimento. Deve existir: na base, nos assentamentos, nas instâncias regional, estadual e nacional; **Militantes** são os que dão sustentação e organicidade. São os que estão construindo e fazendo funcionar o organismo com suas várias partes. São as pessoas que fazem o vínculo entre os objetivos e as decisões que a organização toma com sua estruturação na base e no meio da base; **Base** são trabalhadores que se identificam com a organização e sentem-se parte dela. São os que já entendem os objetivos mais políticos da mesma. São os que se mobilizam não apenas pelo econômico. São os que dedicam parte do seu tempo em questões que não beneficiam apenas a si próprios; **Massa** são todos os trabalhadores que se mobilizam em torno de objetivos comuns e que dão sustentação ao movimento. É a população atingida pelas mensagens, que podem ou não se mobilizar” (CONCRAB, 1995 apud Oliveira, 2008, p. 12-14).

<sup>18</sup>A Via Campesina é um movimento camponês internacional que busca o reconhecimento do papel e dos direitos de camponeses e pequenos agricultores em todo o mundo. É um movimento autônomo com membros provenientes de 69 países da Ásia, África, Américas e Europa (Via Campesina, 2010).

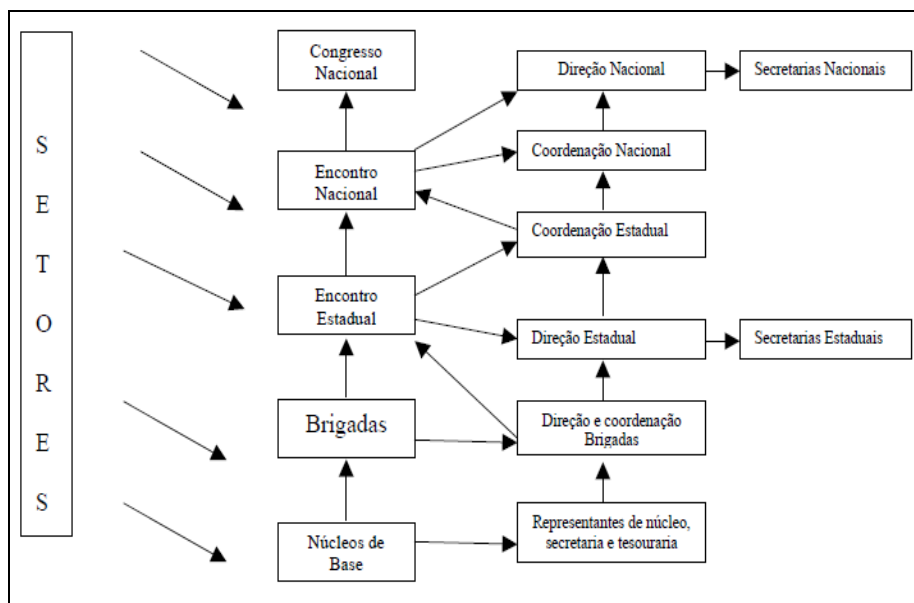


FIGURA 1 Estrutura organizativa do MST.

Fonte: Oliveira (2008, p.94).

A maior instância da organização do MST é o **Congresso Nacional**, que acontece a cada cinco anos e não representa a principal instância deliberativa do movimento, mas sim a principal instância de participação em massa. A instância responsável por estabelecer a linha política para toda a organização é o **Encontro Nacional**, que é o organismo central do MST, reunindo-se a cada dois anos. Participam do encontro cerca de mil dirigentes, entre membros da direção nacional, da coordenação nacional e representantes dos setores e dos estados. Nesse encontro é eleita a **direção nacional**, principal órgão executivo do movimento, que conta com sessenta membros, que se reúnem a cada 45 ou 60 dias, compondo-se de representantes dos estados e dos setores. Já a **coordenação nacional** é o órgão executivo formado por trezentos militantes, dos estados, dos setores nacionais, das cooperativas, além da direção nacional (Setor de formação – MST, 2005 apud Oliveira, 2008).

O **Encontro Estadual** acontece uma vez por ano, com participação de membros da direção dos setores e coordenadores de núcleos. Nesse encontro são eleitos os membros da **coordenação estadual**, que é um órgão executivo composto por membros da direção estadual, por dirigentes das brigadas e dos setores estaduais. Os representantes que constituem a **direção estadual** devem ser escolhidos dentre as instâncias de base. A cada brigada de quinhentas famílias haverá um dirigente mais um coordenador estadual de cada setor, somados aos representantes da coordenação e da direção nacional (Setor de formação – MST, 2005 apud Oliveira, 2008).

As **brigadas** são instâncias regionais, formadas por acampamentos e assentamentos próximos, normalmente na mesma microrregião<sup>19</sup>. Cada brigada tem cerca de cinquenta núcleos, que correspondem a quinhentas famílias. Os **núcleos de base ou de família** são divisões internas dos assentamentos e acampamentos que distribuem nas áreas as famílias assentadas. Esses núcleos têm autonomia de escolha no planejamento do uso das terras, por exemplo, podendo optar pelo uso coletivo ou familiar.

Para a **direção da brigada**, é escolhido um representante a cada cinco núcleos, isto é, dez representantes para uma brigada de quinhentas famílias. Já a **coordenação das brigadas** é composta por todos os responsáveis por alguma função, nos núcleos ou nos setores, mais a direção (MST, 2005 apud Oliveira, 2008).

Paralela a esta estrutura existe uma outra, a dos **setores**, que busca trabalhar em diversas frentes. Cada setor é formado por dez militantes. Estes setores compõem-se de coletivos de militantes responsáveis por cuidar de assuntos específicos dentro do Movimento. No conjunto, os setores compõem estruturas transversais que atravessam toda a organização, e não estão presentes,

---

<sup>19</sup> Microrregião é um agrupamento de municípios limítrofes. O IBGE utiliza o termo para fins estatísticos e, com base em similaridades econômicas e sociais, divide os diversos estados da federação em microrregiões.

necessariamente, em todas as instâncias, ou seja, nos acampamentos e assentamentos, em âmbito regional, estadual e/ou nacional<sup>20</sup>. Oliveira argumenta que os setores “cumprem a função de *quebrar* a organização vertical e imprimir certa horizontalidade a ela” (2008, p. 97). Atualmente, existem quatorze setores organizados: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Formação, Frente de Massa, Gênero, Juventude, Produção, Projetos e Finanças, Relações Internacionais e Saúde.

O Movimento, no processo de sua organização e consolidação histórica, tem incorporado várias lutas, facilmente vislumbradas na diversidade de setores temáticos descritos acima, como, por exemplo, a luta por uma política própria no campo, a luta por novas estratégias de produção, novas relações com o meio ambiente, bem como a construção de um novo homem e de uma nova mulher, colocando a questão da reforma agrária numa perspectiva de transformação social mais ampla.

Diante dessas informações iniciais, pretende-se apresentar, de forma sucinta, os principais contornos do processo de surgimento e consolidação do MST, dos debates, compromissos e definições de práticas que, gradativamente, têm sido assumidas pelo movimento como prioritárias. Esse debate sobre relações de gênero, hoje, ocorre sistematicamente, apontando diferentes abordagens inclusive conflituosas.

Segundo Furlin (2009), o 1º Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, mostrou certa preocupação em relação à participação feminina, tendo como critério a participação mínima de 30% de mulheres<sup>21</sup> e também nos princípios gerais do movimento que buscavam a ampliação da participação da

---

<sup>20</sup> Segundo Oliveira (2008, p. 97), “Atualmente existem oito setores organizados nacionalmente: Setor da Frente de Massas, Produção, Educação, Formação, Saúde, Gênero, Comunicação e Cultura”.

<sup>21</sup> A lei de cotas para mulheres (Lei 9100/95) surgiu somente em 1995, determinando que 30% da representação no legislativo seja disponibilizada para mulheres.

mulher:

Reforçar a luta pela terra com a participação de todos os trabalhadores rurais, sejam arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis (MST, 1986 apud Furlin, 2009, p. 9).

Em 1990, no 2º Congresso Nacional do MST, novas políticas apareceram, mostrando avanço no debate, como, por exemplo: o incentivo à participação sindical de mulheres, o direito de associação e a conquista de espaços nas diretorias para as mulheres, compromisso de as mulheres a votarem em mulheres e assunção da profissão de trabalhadora rural nos documentos, excluindo a denominação “do lar” (Furlin, 2009).

Ainda segundo Furlin (2009), em 1996, na realização do 3º Congresso Nacional, o MST revelou uma nova postura diante da situação da mulher e da busca por relações igualitárias no interior do movimento. Entre os objetivos gerais<sup>22</sup>, o sexto demonstra uma preocupação com a nova questão:

(1) construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital; (2) a terra é um bem de todos, e deve estar a serviço de toda a sociedade; (3) garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; (4) buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; (5) difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; (6) **combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.** (grifo meu) (Fernandes, 1996, p. 81).

---

<sup>22</sup> No 4º Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, novos objetivos gerais do movimento foram traçados, entre eles a preocupação com o debate de gênero foi ampliada: **“Garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta às mulheres** (grifo meu)” (MST, 2006, p. 21).

Nesse mesmo ano aconteceu o 1º Encontro de Mulheres Militantes do MST e fruto desse encontro foi a aprovação de alguns encaminhamentos e a elaboração de um plano de trabalho, impresso numa espécie de cartilha intitulada A Questão da Mulher no MST, como documento não só para as mulheres mas para todo o movimento, servindo de roteiro para estudo e reflexão dos grupos de base. Esse espaço foi, segundo Furlin,

um grande passo para a história da participação da mulher no MST e para a busca de novas relações entre homens e mulheres, já que a partir deste momento o debate, como também os encaminhamentos práticos são colocados em termos de gênero e passam a ser mais articulados e organizados como tal, ou seja, a questão de gênero começa a fazer parte da agenda do MST, com o compromisso de envolver as mulheres e homens na construção de novas relações (2009, p. 9).

A partir de 1998, vários movimentos sociais passaram a dar maior atenção à questão dos direitos da mulher à terra na reforma agrária. Esse processo tem ocorrido devido à aceleração do ritmo da reforma agrária em resposta às ocupações e, em parte, devido a uma atenção maior dispensada às questões de gênero nas organizações mistas. Assim, nesse período, o MST adotou a exigência da distribuição e titulação conjunta de terra para os casais e também a meta de 50% de mulheres nas lideranças de acampamentos e assentamentos (Deere & León, 2002).

Em 1999, com essa proposta mais ampla, o movimento definiu os objetivos e a primeira linha política de ação em âmbito nacional (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2003, p. 25). As metas assumidas pelo MST, após esta nova compreensão, a partir da perspectiva de gênero, são:



1. garantir que o cadastro e o documento de concessão do uso da terra seja em nome do homem e da mulher;
2. assegurar que os recursos e os projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham) e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família;
3. incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados;
4. em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
5. garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos haja um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordenem as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participem de todas as atividades como representantes da instância;
6. garantir que, em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
7. assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. garantir a participação das mulheres na frente de massa e SCA para incentivá-las a ir para o acampamento, participar das atividades do processo de luta e serem ativas no assentamento;
9. realizar discussões de cooperação ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios e lavanderias, comunitários etc.;
10. garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica;
11. combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças, que são as maiores vítimas de violência no capitalismo.

Segundo Furlin (2008), grande parte desses avanços foi conquista da organização de mulheres e não uma iniciativa do movimento em si. Além dessa questão, outros fatores contribuíram para abertura maior nos espaços de participação das mulheres, como a influência do debate acadêmico, a pressão de

agências financiadoras internacionais que solicitavam a contemplação da categoria gênero, tanto na reflexão teórica, como nos programas de ação dos movimentos, como condição de aprovação dos financiamentos e também os diversos convites para a participação em congressos e encontros internacionais.

Embora a nova reestruturação organizativa dos assentamentos amplie os espaços para a mulher, a sua participação ainda é uma busca. Sabe-se que os avanços foram grandes, mas que as relações de gênero seguem permeadas de conflitos, uma vez que o fato de ser homem ainda legitima a hierarquia de poder. Pode-se dizer que a proposta da igual participação de mulheres nas instâncias de poder ainda permanece sendo um desafio a ser perseguido.

### 3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Compreender as relações de gênero dentro de um assentamento organizado pelo MST foi o tema desencadeador desta pesquisa. Para isso, considerou-se que o método e os procedimentos utilizados em uma pesquisa não podem ser vistos como escolhas aleatórias e descontextualizadas, mas atreladas ao tema e à posição teórica do próprio pesquisador. Segundo Alencar (1999), a metodologia é o modo de o pesquisador proceder para encontrar o que ele acredita que pode ser conhecido, estando esse procedimento condicionado à sua concepção de realidade.

Esse estudo de natureza empírico-descritiva, centrado nas falas dos(as) agentes, caracterizou-se por seu caráter qualitativo, onde um fenômeno pode ser mais compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado de forma integrada (Godoy, 1995). A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan & Biklen (1994), exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, devendo proceder a investigação com base em muitas peças individuais inter-relacionadas, objetivando expandir e não limitar a compreensão do investigador.

O estudo de caso foi escolhido por se caracterizar como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente (Godoy, 1995). Para Stake (1994), apud Alencar (1999), o estudo de caso não é em si uma escolha metodológica, mas sim uma escolha de um objeto de estudo, que pode ser: um único indivíduo, um conjunto de indivíduos, um programa ou projeto de desenvolvimento com diversos atores sociais e organizações e até um experimento.

Adotou-se uma postura etnográfica de investigação científica, cujo principal instrumento é a observação participante. Isso implicou num grande

envolvimento do pesquisador, urbano de origem, com os sujeitos pesquisados e com o lugar onde vivem e trabalham, o meio rural.

A observação foi um método de extrema importância na pesquisa e constituiu um momento chave dessa dissertação. Segundo Alencar (1999), os métodos de observação podem ser divididos em duas categorias: a observação “participante” e a observação “não participante”. Utilizou-se a primeira, que consiste na participação do pesquisador no cenário social em questão, ou seja, o pesquisador se junta ao grupo estudado, sendo observador e, ao mesmo tempo, uma das pessoas observadas.

Assim, fez-se uma primeira vivência<sup>23</sup> dentro do assentamento que visou à (re)configuração das questões norteadoras e objetivos da pesquisa, a escolha de informantes chaves, além do levantamento de dados secundários. As atividades acompanhadas durante o período de 11 a 15 de maio de 2009 incluíram atividades domésticas variadas, ordenha e manejo de animais, lavoura, horta, ciranda infantil, aulas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), reuniões, planejamentos, místicas, das quais fizemos registros fotográficos, audiovisuais e registros em diário de campo. Convivemos toda a semana junto com os assentados e assentadas para observar suas rotinas de vida e, principalmente, a forma como se organizam. O período foi propositalmente escolhido, pois se tratava da “semana de reuniões” do assentamento, ocasião que acontece a cada 15 dias e quando todas as divisões político-organizativas se reúnem para fazer, pensar e decidir os rumos da área.

Foi possível ampliar olhares acerca da realidade em um assentamento organizado pelo MST. Esse fato é explicado por Alencar (1999) que afirma que a observação é o método que melhor capta as ações em desenvolvimento, proporcionando ao pesquisador meios para apreender a noção de processo na vida social.

---

<sup>23</sup> O autor utiliza o termo “vivência” para as atividades de campo na pesquisa.

O processo de observação que foi adotado é apresentado no quadro a seguir. Inicia-se a pesquisa com observações mais amplas, de natureza mais descritiva, o que de certo modo já havia sido feito no assentamento. Posteriormente, deve-se fazê-las de forma mais focalizada e, depois de mais análises e mais observações, o pesquisador estará mais capacitado a elaborar observações mais seletivas.

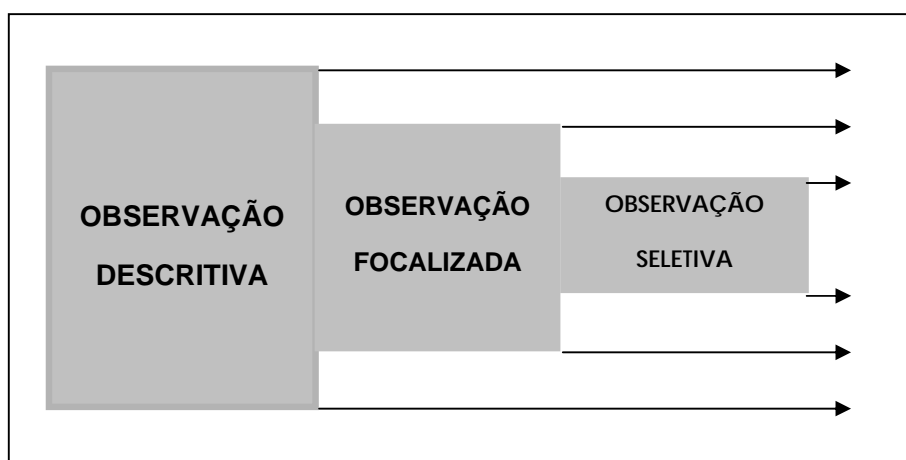


FIGURA 2 Estágios de observação de Spradley.  
Fonte: Spradley (1980) apud Alencar (1999).

Com o término da primeira vivência, foi possível definir a amostragem. Sendo um assentamento rural o foco de estudo, a população em questão é a soma de todos os indivíduos que residem no local, cerca de 130 pessoas. Foi utilizada uma amostra não probabilística, que consiste em um método em que não se conhece a probabilidade de determinado elemento vir a ser selecionado como parte da amostra (Alencar, 1999). Esse tipo de amostra é apropriado aos trabalhos em que a generalização dos resultados não constitui uma questão central, caso deste estudo.

Foram utilizados dois tipos de definição de amostra: por julgamento e a bola de neve. A primeira refere-se a uma técnica em que o pesquisador escolhe

sua amostra que, segundo ele, é a melhor para o estudo em questão. O motivo da escolha deste tipo de amostra se deu devido ao relevante tempo<sup>24</sup> em que o pesquisador participa de atividades na área de estudo, conhecendo, ainda que superficialmente, grande parte dos assentados e assentadas do local. A escolha dos entrevistados seguiu critérios abrangentes de geração, etnia/raça, estado civil, homens, mulheres e membros do MST.

Ainda para a escolha da amostra, a técnica bola de neve foi utilizada para aprofundar os dados colhidos e possibilitando incluir outras pessoas que foram identificadas com o interesse da pesquisa (Alencar, 1999). Desse modo, os(as) informantes desta pesquisa foram sendo localizados(as) à medida que participamos dos trabalhos diários no assentamento ou compartilhando as refeições, o lazer, etc. Foram as assentadas e os assentados, portanto, que se dispuseram, durante a estadia do pesquisador em suas casas e/ou durante a participação nas demais atividades do assentamento, a contribuir com a pesquisa.

Para que houvesse um aprofundamento das observações e, cada vez mais, essas refletissem o foco de estudo, foi necessário adotar o modelo interativo de pesquisa, em que o trabalho de campo foi intercalado com as análises colhidas diversas vezes, até que se atingisse a profundidade necessária.

---

<sup>24</sup> O pesquisador trabalha na área desde 2007, fato que possibilitou avançar em uma investigação qualitativa mais ampla.

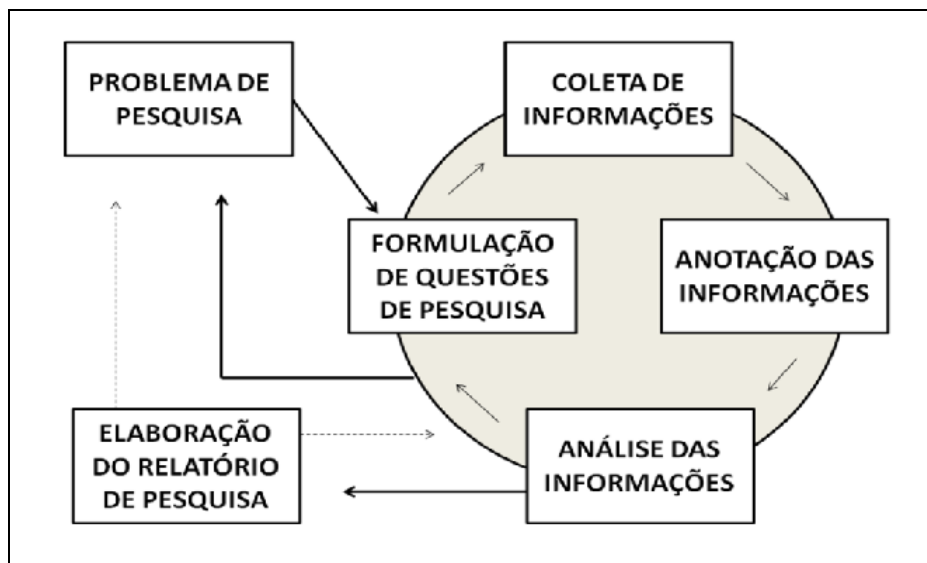


FIGURA 3 Sequência circular de pesquisa em ciências sociais.  
 Fonte: Spradley (1980) adaptado por Alencar (1999, p.29).

Para desenvolver e aprofundar as observações, foram necessários métodos complementares, como entrevistas, grupos focais e análise de documentos. Foi imprescindível a realização de mais uma ida à área, entre os dias 13 e 15 de agosto de 2009. Nesse período, foram realizadas dez entrevistas com assentados e assentadas e um grupo focal com nove mulheres residentes na área.

Optou-se pelas entrevistas semiestruturadas e não estruturadas (roteiros). O questionário semiestruturado pode assumir as características de uma entrevista do tipo focalizada (*focus interview*), que pode ser mais dinâmica e mais complexa, devendo ser gravada. Na entrevista não-estruturada, o roteiro é constituído por tópicos mais gerais que não são previamente desdobrados em subtópicos (Alencar, 1999). As entrevistas realizadas foram abertas e gravadas e

seguiram uma dinâmica descontraída quanto à presença do pesquisador e ao uso do gravador. Grande parte dessas ocorreu na casa dos entrevistados e entrevistadas ou em seu entorno, tendo como pano de fundo, muitas vezes, as vozes das crianças e os barulhos de animais. Os tempos de duração de cada entrevista variaram de 15 a 50 minutos, de acordo com as peculiaridades de cada momento e de cada informante. A partir do roteiro de entrevistas, os informantes relataram suas trajetórias de vida até os dias atuais. As relações de trabalho que constituem o cotidiano do assentamento foram sendo tramadas pelos(as) informantes a partir dos vários fios de sua história de vida anterior. Essa forma como os relatos foram se construindo contribuiu para compreender um pouco as várias relações sociais pelas quais esses sujeitos foram e estão se constituindo, o que possibilitou também conhecer alguns dos motivos implicados na escolha de assentados(as) pelos “sem-terra”.

Expandindo as informações até então adquiridas e para que houvesse um cruzamento e aprofundamento de informações com as entrevistas, foi realizado um grupo focal que, segundo Malhotra (2001), representa espaço realizado por um moderador treinado, de forma não estruturada e natural, com um pequeno grupo de respondentes. Ainda segundo o autor, o principal objetivo do grupo focal é obter uma visão aprofundada, ouvindo um grupo de pessoas falarem sobre problemas de interesse do pesquisador. Não há consenso quanto ao número ideal de indivíduos que participem dos grupos de foco. Segundo Rea & Parker (2000) e Malhotra (2001), o espaço deve envolver entre 8 e 12 pessoas, que discutem determinado assunto sob a coordenação de um moderador. Já para Casley e Kumar (1989) apud Alencar (1999), o número deve girar entre 6 e 10 pessoas.

As atividades foram realizadas de acordo com a conveniência dos(as) assentados(as) e do pesquisador, devido à dinâmica do ambiente rural pesquisado. O grupo focal foi realizado no dia 15 de agosto de 2009 e teve a



participação exclusiva de mulheres<sup>25</sup>. Após a autorização da filmagem e uma breve saudação de agradecimento aos presentes, foram apresentados os objetivos do grupo focal e iniciou-se uma rápida apresentação individual. Como exposto anteriormente, nove mulheres compartilharam o espaço, além de crianças que, na maioria das vezes, eram filhos(as) e netos(os) das participantes. O grupo focal foi conduzido, na maior parte do tempo, pela professora Maria de Lourdes, devido às dificuldades, previamente percebidas por nós, de que um espaço exclusivo de mulheres fosse conduzido por um homem, podendo não render o esperado. No decorrer do espaço, percebeu-se que essa escolha foi adequada e que informações qualificadas foram geradas, além de que a participação do pesquisador-homem, não influenciou negativamente o espaço.

Neste estudo, também se utilizou a pesquisa documental, que é uma técnica que complementa informações obtidas em outras fontes. Godoy (1995), afirma que a pesquisa documental consiste em uma rica fonte de dados de natureza diversificada. Ainda segundo a referida autora, a palavra “documentos” deve ser entendida de forma ampla, incluindo os materiais escritos, como jornais, revistas, obras literárias, cartas, relatórios, memorandos, atas, etc.

A pesquisa documental foi ampla e diversos documentos do assentamento foram analisados. As principais fontes utilizadas eram oriundas de relatórios de projetos anteriormente desenvolvidos, como o do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPPEcos), de 2006 e documentos parciais do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), além de projetos de financiamentos e atas de reuniões. Foram utilizados, também, documentos internos elaborados pelo Movimento. Dentre a literatura produzida pelo MST,

---

<sup>25</sup> O espaço teve o apoio de duas pessoas do projeto Um olhar em casa e outro no Assentamento: relações de gênero e étnico raciais desafiando processos de empoderamento, a professora do DAE/UFLA, Maria de Lourdes Souza Oliveira, coordenadora do projeto e orientadora desta dissertação e a estudante de graduação em administração da UFLA Isla Karla Azevedo Pedro, bolsista da pesquisa.

pode-se definir aquela orientada para a organização e a formação interna (como os cadernos de formação, os documentos produzidos pela direção e as cartilhas) e aquela voltada para a “propaganda externa” ou mobilização, seja em forma de cartilhas e livros ou em consulta à página eletrônica do MST. Além dessa gama de documentos, foi realizada uma profunda revisão em todo o conteúdo do material que serviu de base para o relatório do Diagnóstico Rápido Participativo e Emancipador, (DRPE<sup>26</sup>) realizado na área.

O DRPE representa um conjunto de técnicas que fazem parte da metodologia de incubação proposta pela INCUBACOOOP/UFLA para a constituição de cooperativas populares, tendo como objetivo auxiliar agricultores/as a diagnosticar os principais problemas do assentamento e suas causas, identificando, quando possível, soluções viáveis e prioritárias. Foi realizado no período de 20 a 22 de outubro de 2007, com maciça participação de moradores(as) locais, fato que legitimou os espaços do DRPE e serviu de base de dados tanto para o assentamento quanto para os inúmeros trabalhos realizados desde então<sup>27</sup>, inclusive esta dissertação.

Ao longo dos três dias de aprofundamento da pesquisa, várias técnicas foram empregadas para levantamento de dados da realidade local. Entre elas: a) mapeamento histórico, b) caminhada transversal, c) diagrama de Venn (ou jogo das bolas), d) entra e sai, e) calendário sazonal, f) rotina diária e g) entrevistas semiestruturadas. Todas as anotações cruas, feitas pelos(as) relatores(as), de todas as técnicas, foram novamente lidas, sobretudo as dezesseis entrevistas feitas nesse período, sendo sete rotinas diárias e nove entrevistas, metodicamente analisadas, contribuindo de forma significativa para esse trabalho.

---

<sup>26</sup> Trata-se de uma metodologia composta por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa que permite obter informações qualitativas e quantitativas em pequeno espaço de tempo. Constitui um instrumento de diagnóstico e avaliação que privilegia a interação dialógica entre técnicos e assentados, a fim de identificar problemas, suas causas e possíveis soluções (Pereira & Little, 2000).

<sup>27</sup> Magrini (2007); Costa (2008); Amaral (2009); Rezende (2009); e Silva (2009).

Todos esses procedimentos metodológicos foram realizados com vistas à triangulação de informações, que consiste no cruzamento de informações primárias, secundárias e de natureza histórica do contexto do assentamento, visando atender às necessidades de compreensão da dinâmica que compõe a realidade social do objeto a ser estudado. Essa compreensão não pode ser isolada do fenômeno social, da história, da cultura e da macrorrealidade social (indivíduo, contexto e objeto de orientação). Dessa forma, pode-se confrontar, a todo o momento, as informações observadas, as informações obtidas nas entrevistas e a pesquisa documental. Adotaram-se diferentes métodos para coletar os dados da pesquisa (entrevistas, grupos focais, observação participante, pesquisa documental) e também diferentes dados de diferentes fontes para analisar o mesmo objeto (recortes de jornal, livros, relatos orais). Sendo assim, a triangulação permitiu aumentar a confiança dos resultados obtidos neste trabalho, considerando a complexidade dos temas tratados e suas relações subjetivas dentro do universo de estudo (Alencar, 1999).

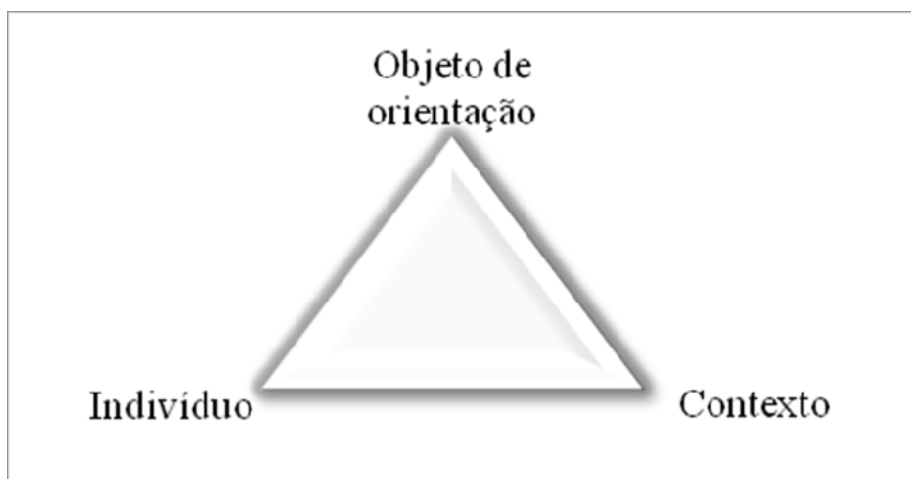


FIGURA 4 Triangulação de informações.  
Fonte: Triviños (1987, p. 138).

A análise qualitativa de conteúdo contribuiu como procedimento científico de legitimação e teve o objetivo de atingir uma significação profunda dos dados. Segundo Laville & Dionne (1999), essa abordagem conserva a forma literal dos dados, preservando as nuances de sentido captadas na investigação. Para realizá-la, focou-se em comportamentos de gênero, identificando contribuições específicas, tanto nas atividades produtivas quanto na reprodução da família. Esse procedimento permitiu observar a forma como se reproduzem as desigualdades e as conquistas nas divisões político-organizativas e no espaço doméstico.

#### **4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: ASSENTAMENTO**

## SANTO DIAS E SEU CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

A caracterização do assentamento pode ser descrita a partir de diferentes perspectivas. Foram escolhidas algumas definidas pelos relatos<sup>28</sup> dos(as) assentados(as) e complementadas por dados secundários. Assim, inicia-se a caracterização da área de investigação com uma apresentação da região sulmineira onde a cidade de Guapé se encontra e algumas características sócio-econômicas importantes para o entendimento do contexto histórico da região. Em seguida, detalha-se a história do assentamento, o processo de ocupação da área e a fase de acampamento até se tornar um assentamento. Logo após, apresentam-se o perfil das famílias e a origem de assentados e assentadas. A organização espacial e social, o acesso a políticas públicas, a infra-estrutura e o que é produzido internamente encerram o capítulo.

### **4.1 Assentamentos rurais em *uma das mais tranquilas jurisdições da felicidade desse mundo*<sup>29</sup>: o Sul de Minas**

O termo *assentamento rural* foi criado para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária que visa regularizar áreas privadas ou públicas (Medeiros & Leite, 2004). Essa intervenção varia “quanto aos processos históricos pelos quais foram constituídos: por ocupação e desapropriação de terras privadas, por ocupação de terras públicas, por transferência e reassentamento de populações afetadas por projetos governamentais” (Rua e Abramovay, 2000, p. 50).

---

<sup>28</sup> Os relatos foram modificados com eventuais adequações ao português formal, mas mantendo os significados dos argumentos.

<sup>29</sup> Guimarães Rosa descreveu a porção sul de Minas Gerais, assim: “O sul, cafeeiro, assentado na terra roxa de declives ou em colinas que europeias se arrumaram quem sabe uma das mais tranquilas jurisdições da felicidade desse mundo” (1978, p. 218).

Segundo Girardi (2008), no Brasil existem mais de sete mil assentamentos, abrangendo cerca de 900.000 famílias, grande parte delas no norte do país. Em Minas Gerais, a distribuição dos assentamentos rurais não é homogênea, uma vez que essas áreas se concentram nas regiões norte, nordeste, noroeste e no Triângulo Mineiro. No estado de Minas Gerais, a região nordeste concentra o maior número de assentamentos, abrigando, juntamente com a região norte, 71% de todas as famílias assentadas em MG, expressando, na grande maioria dos casos, lutas nas ocupações de áreas improdutivas ou uma articulação entre processos de ocupação e resistência de posseiros e colonos. Geralmente, são áreas de cerrado, de ocupação capitalista mais recente, onde as ações de resistência de posseiros combinam com ocupações de terras devolutas improdutivas (Fernandes Neto & Doula, 2003). Já na região sul do estado, o número de assentamentos é ínfimo, comparando-se com o restante das áreas.

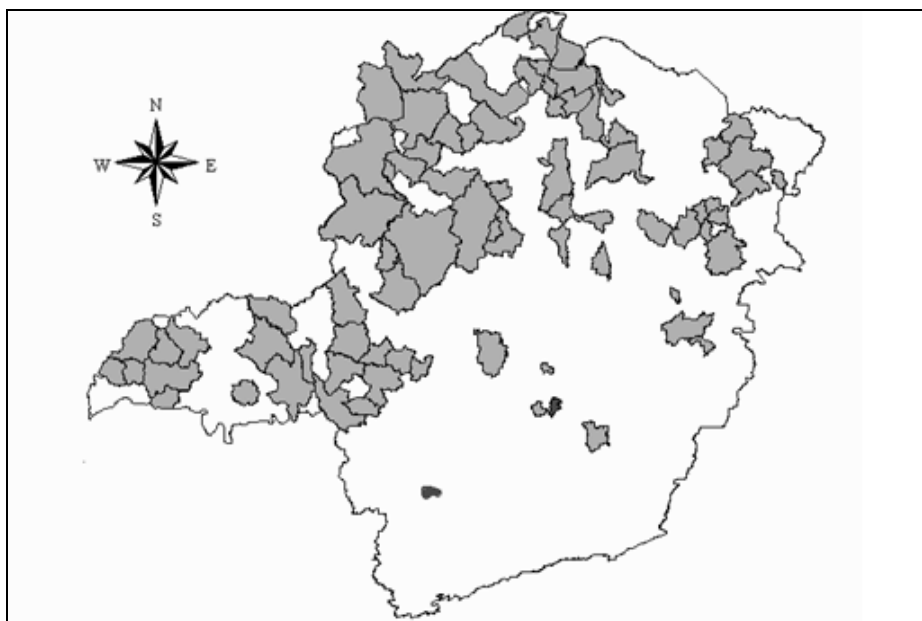


FIGURA 5 Assentamentos rurais em Minas Gerais - Distribuição nos municípios.

Fonte: Fernandes Neto & Doula (2003).

O estado de Minas Gerais tem várias regiões que são divididas diferentemente segundo alguns critérios específicos. O governo estadual utiliza uma segmentação territorial para fins administrativos, dividindo-o em dez Regiões de Planejamento (RP)<sup>30</sup>; já o IBGE subdivide o estado geograficamente em doze mesoregiões<sup>31</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2009).

A região Sul de Minas, ou região do café, denominada assim por Diegues Junior (1960), reúne partes de dois ou mais estados, significando que, do ponto de vista cultural, há grande heterogeneidade na porção sul de Minas, adjacente a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Como o próprio nome já diz, a região se destaca economicamente desde o século XIX, devido à cafeicultura, com a chegada de ondas de imigrantes que, deixando as regiões de mineração já esgotadas, vieram em busca de terras para se dedicarem à agricultura e à pecuária. Região pertencente à capitania de São Paulo até o século XVIII, tem muitas semelhanças com o interior de São Paulo, apresentando grandes altitudes e clima ameno e chuvoso.

---

<sup>30</sup>As RP's são: 1) Noroeste de Minas; 2) Norte de Minas; 3) Rio Doce; 4) Mata; 5) Sul de Minas; 6) Triângulo; 7) Alto Paranaíba; 8) Centro-Oeste de Minas; 9) Jequitinhonha/Mucuri; 10) Central.

<sup>31</sup>1) Campo das Vertentes, 2) Central Mineira, 3)Jequitinhonha, 4)Metropolitana de Belo Horizonte, 5)Noroeste de Minas, 6) Norte de Minas, 7) Oeste de Minas, 8) Sul e Sudoeste de Minas, 9) Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 10) Vale do Mucuri, 11) Vale do Rio Doce, 12) Zona da Mata.

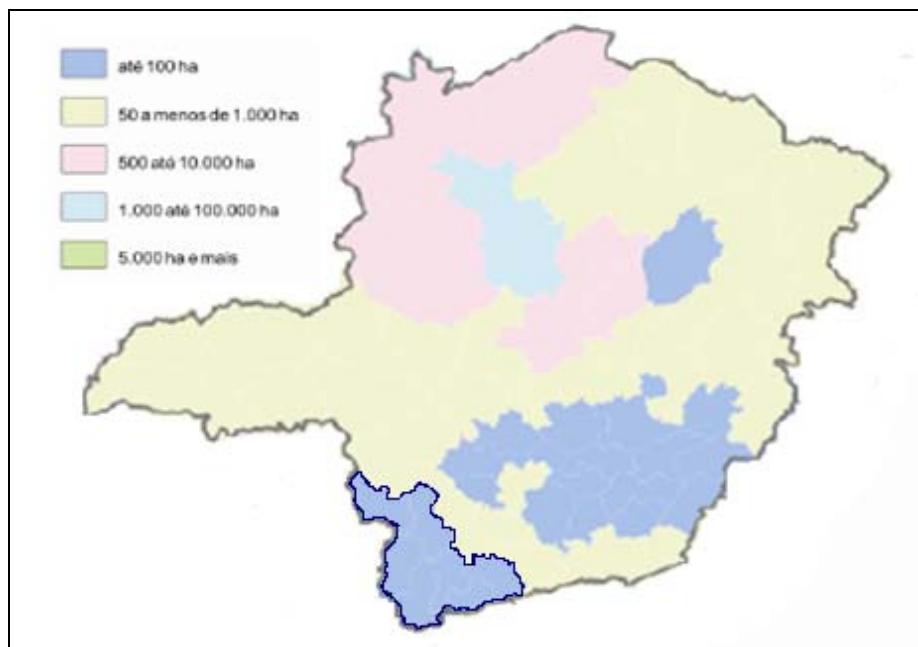


FIGURA 6 Classificação das microrregiões de Minas Gerais, segundo a estrutura fundiária.

Fonte: Adaptado de Girardi (2008).

Classificação das microrregiões de MG, segundo a estrutura fundiária.

Fonte: Adaptado de Girardi (2008).

A população da região é de mais de dois milhões de habitantes, dos quais quase 20% ainda vivem no meio rural. Sua estrutura fundiária se caracteriza por pequenas propriedades<sup>32</sup>, possuindo o menor índice de Gini<sup>33</sup> do estado e um dos

<sup>32</sup> Girardi (2008) analisa a estrutura fundiária do país adotando três grandes grupos de imóveis: *pequenos*, com área inferior a 200 ha; *médios*, com área entre 200 e menos de 2.000 ha e *grandes*, com área superior a 2.000 ha. No grupo dos grandes imóveis há as classes dos *extremamente grandes* com 10.000 ha e/ou mais.

<sup>33</sup> O índice ou coeficiente de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade, nesse caso de distribuição de terra. Ele consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade.



menores do país<sup>34</sup>.

Analisando-se os setores da economia dessa região, verifica-se que a maior contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário de Minas Gerais, em 1999, veio da região sul, quase 24% do PIB agropecuário do estado (Fundação João Pinheiro, 1999). Não obstante sua importância para o total do estado, conforme já citado, o PIB agropecuário da região corresponde a 17,29% do seu PIB total. Os destaques da agricultura são: café (1ª posição no estado, com 47,6% da produção), batata-inglesa e pêssego. Na pecuária, os principais produtos são: lã, ovos – galinha e codorna, leite e mel de abelha (IBGE, 2006).

Apesar de não se caracterizar, a princípio, como uma região conflituosa no âmbito rural no estado de Minas Gerais, devido a inúmeras características, sejam elas geográficas, sociais, ambientais e econômicas, a região sul de Minas apresenta especificidades, contradições e desigualdades. Em razão do padrão de utilização das terras, principalmente em áreas onde os imóveis passaram por processo falimentar, observa-se nos últimos dez anos, ainda que de forma isolada, a intensificação de conflitos fundiários. Apesar de não ser *área prioritária*<sup>35</sup> de luta pela terra, há forte presença do MST como elemento de mediação na região. Em apenas dois municípios há registros de organização orgânica de acampamentos e assentamentos do movimento: as cidades de Campo do Meio e Guapé concentram dez áreas de conflito agrário em seu território.

A primeira área de conflito do sul de Minas Gerais foi no município de Campo do Meio, às margens do lago de Furnas, que tem cerca de doze mil habitantes e que tem nas produções de café, milho e na pecuária a base de sua atual economia. O conflito agrário que se arrasta há mais de dez anos na cidade

---

<sup>34</sup> Em 2003, o índice Gini médio do estado de Minas Gerais era de 0,741 e o do Brasil, de 0,816 (Girardi, 2008, p. 203-204).

<sup>35</sup> Heredia et al. (2008, p. 156) utilizam o termo “áreas prioritárias” em referências às estratégias do MST em regiões onde há mais concentração de terra.

tem como foco de disputa duas áreas, a fazenda Jatobá, que foi desapropriada em 1996, assentando 40 famílias, transformando-se, como o próprio nome já diz, no Assentamento 1º do Sul e uma antiga usina de açúcar falida, com mais de seis mil hectares de terras ociosas desde 1983 (Universidade Federal de Viçosa, 2002). A Usina Ariadnópolis, com uma dívida trabalhista de mais de 180 milhões de reais ao governo federal, foi ocupada por mais de 280 famílias ligadas ao MST, formando nove acampamentos nas suas terras, a partir de 1998, além de mais dois outros acampamentos ligados à FETAEMG e mais outro acampamento bandeira branca, com mais de 100 famílias (Comissão Pastoral da Terra, 2009).

A outra área em questão, onde se localiza o Assentamento Santo Dias, apresentado no tópico a seguir, fica na cidade de Guapé, distante 75 km de Campo do Meio, o antigo distrito São Francisco de Aguapé, pertencente à comarca de Boa Esperança, o qual em 1924, foi elevado a município, passando a chamar-se Guapé, que é uma planta aquática conhecida também como caminhos-nas-águas, que recobre a superfície dos lagos e rios com suas folhas, formando uma espécie de tapete verde (Rezende, 2009).

Hoje, o município com área de 935,34 km<sup>2</sup>, clima tropical de altitude, temperatura média anual de 20,5°C, tem população de 13.500 habitantes, dos quais 46% residem no ambiente urbano e 54% no rural. A economia local é baseada na agricultura, com a predominância do café para exportação, leite, gado de corte, cachaça artesanal e milho, dentre outros produtos. A indústria da pedra decorativa (quartzito) vem se sofisticando a partir da década de 1990 e o potencial turístico de Guapé vem sendo explorado, tornando essa atividade uma opção rentável e lucrativa aos guapeenses, fortalecendo a economia local (IBGE, 2006).

#### **4.2 A trajetória do Assentamento Santo Dias: ocupação, acampamento e o assentamento**

Nesse tópico interessa, especificamente, apresentar o Assentamento Santo Dias, em função de sua história, por se tratar de um tipo clássico (Oliveira, 2006), no qual, sob coordenação do MST, ocorreram processos de mobilização, ocupação de área e construção de acampamento.

A ocupação da antiga fazenda Campão Quente, fechada desde 1995, foi realizada de forma pacífica, por cerca de 96 famílias, no dia 30 de outubro de 2002. Contudo, o “trabalho de base”<sup>36</sup> iniciou-se meses antes, junto às comunidades vizinhas e contou com o apoio dos sindicatos dos metalúrgicos de Itajubá, Varginha e Guapé (Amaral, 2009; Rezende, 2009).

Segundo Rezende (2009), após a ocupação da área de aproximadamente 5.900 ha, as famílias começaram a limpar as casas já existentes, cobrindo com lona e se acomodando. Algumas famílias fizeram barracos de lona e outras ficaram em casas existentes no alto do terreno, mas, devido à falta de água, acabaram se aproximando das outras moradias. Logo, iniciou-se também o processo de organização das famílias recém-chegadas, formando, então, os setores básicos do acampamento: produção, saúde, formação e disciplina, frente de massa e educação. Também se estruturaram os núcleos de famílias.

Ainda segundo Rezende (2009), a antiga usina havia se tornado uma imensa pastagem de braquiária<sup>37</sup>. O fogo era o principal artifício para conduzir a rebrota das pastagens, o que culminou em uma considerável destruição da reserva, da mata ciliar, dos animais silvestres, da fertilidade dos solos e da cobertura vegetal. Com a ocupação de acampados(as), a dinâmica foi modificada e, após uma semana no local, as famílias realizaram um mutirão para limpeza de algumas áreas e iniciaram a plantação. Com poucos recursos, principalmente

---

<sup>36</sup> “Trabalho de base” são visitas que os militantes que compõem a frente de massa do MST fazem a periferias de cidades da região, convidando os moradores para participarem das reuniões que o movimento promove.

<sup>37</sup> Gramínea utilizada para pastagem animal.

sementes que cada família possuía e a própria mão-de-obra, conseguiram plantar arroz e feijão que, no entanto, não foi suficiente para a subsistência de todas as elas, fazendo com que muitas desistissem de continuar na área. Quarenta famílias permaneceram.

No decorrer do tempo, ocorreram vários mandatos de desocupação da área e várias audiências de negociações. Em 2004, com uma liminar de despejo, policiais fortemente armados entraram na área, numa tentativa de retirar as famílias. No entanto, foram feitas articulações e, com a ajuda de advogados ligados ao MST, postergaram a liminar, ganhando mais tempo para negociações. Com o apoio de autoridades do município de Guapé, entre eles o delegado, o prefeito, advogados e o presidente da câmara, conseguiram a liberação de 250 ha de terras para plantio, autorizados pelo juiz da vara agrária. Este processo culminou em uma vistoria na fazenda feita por engenheiros agrônomos do INCRA, no período de 18 a 22 de dezembro de 2005. Como consequência, em 12 de julho de 2006, foi registrada em cartório a emissão de posse de parte da fazenda (Rezende, 2009).

Em 28 de dezembro de 2006 foi publicada, pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Diário Oficial da União (DOU), a portaria de criação do Plano de Assentamento (PA) Santo Dias, 215º assentamento no estado de Minas Gerais, sendo este apenas o segundo da região sulmineira (Minas Gerais, 2009).

O assentamento compreende uma área total de 1.788 hectares do município de Guapé, MG, com 49 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais. A área tem recursos hídricos em abundância, sendo banhada pela represa de Furnas e por diversos córregos, o que auxilia a produção agropecuária. A estrutura da vegetação é predominantemente de cerrado e grande parte das terras ainda está em estado de recuperação natural, depois de muitos anos sob forte exploração de monocultivo da cana-de-açúcar, quando ainda faziam parte da

usina (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras – INCUBACOOOP/UFLA, 2007).

O nome Santo Dias foi escolhido pelas famílias em homenagem a Santo Dias da Silva, operário filho de trabalhadores rurais que atuava em reivindicações por melhores condições de trabalho e salário. Nascido a 22 de fevereiro de 1942, na fazenda Paraíso, município de Terra Roxa, São Paulo, fez parte do movimento operário e integrou ativamente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), fundamentadas na Teologia da Libertação. Em outubro de 1979, durante a greve dos trabalhadores por melhorias salariais, a Polícia Militar invadiu as subssedes do Sindicato dos Metalúrgicos, prendendo dezenas de pessoas. Santo Dias foi atingido, por um policial, com um tiro pelas costas, enquanto negociava com a PM a libertação de trabalhadores presos. No dia 31 de outubro, um dia depois de sua morte, 30 mil pessoas saíram às ruas de São Paulo para acompanhar o enterro e protestar contra a morte do líder operário, pelo livre direito de associação sindical e de greve e contra a ditadura (INCUBACOOOP/UFLA, 2007).

#### **4.3 Famílias, assentados e assentadas**

Nesta seção, a finalidade é apresentar uma descrição das características socioeconômicas da população do Assentamento Santo Dias por meio de informações secundárias e relatos sobre origens, ocupação anterior e atual, composição familiar, escolaridade, renda e religião de assentados e assentadas, utilizando dados complementares de estudos que investigaram esta realidade em outros assentamentos do Brasil (Leite et al., 1999; Rua e Abramovay, 2000).

Grande parte das famílias que se fixaram no Assentamento Santo Dias, na época da ocupação, era advindas da própria região (Amaral, 2009; Rezende, 2009). Com o passar dos anos e a natural rotatividade de famílias que ocorre em acampamentos rurais, devido à excessiva demora na desapropriação das terras e

na liberação de recursos já na fase de assentamento, muitas delas deixaram a área, restando poucas que participaram do processo inicial de ocupação. Diversas outras chegaram de inúmeros lugares do país, principalmente da própria região e do interior de São Paulo.

Muitas dessas famílias seguiram caminhos semelhantes, passando, antes, pelas áreas de Campo do Meio, MG. Como era apenas a segunda área do MST na região, o Assentamento Santo Dias acabou se transformando em um destino final de famílias no Sul de Minas.

Estou há oito anos no MST. Já vivi em Itu [SP] na rodovia e em Cajamar [SP]. Depois vivi em Ribeirão Preto [SP] de 2002 a 2005. Fui para o Irmã Dorothy [Acampamento do MST em Campo do Meio, MG] pois tinha conhecidos lá e disseram que precisava de gente (Entrevistada 13).

Passei por Campo do Meio [MG]. A gente ficou quase dois anos em Campo do Meio e aqui já vai para três, né? (Entrevistada 7).

O assentamento passou por períodos em que o número de lotes era maior que o número de famílias. Por isso, foi necessário buscar pessoas que estavam acampadas em áreas próximas, principalmente nos acampamentos Sidney Dias, Irmã Dorothy, Tiradentes e Rosa Luxemburgo.

Foi assim, aqui faltava pessoas, né? Como era um pré-assentamento, então precisava de mais gente. Então, eles procuram as pessoas nos outros acampamentos, os melhores pra vir pra cá, as pessoas que têm vontade e pertença pelo MST. Como lá eu tava da produção [Setor] e mais da finança, né. E o meu marido da produção que cuidava de tudo lá, então, eles escolheram a gente (Entrevistada 2).

Quando se analisa o **tipo de trabalho** exercido anteriormente pelos membros do assentamento, constata-se que a maior parte de atividades

anteriores está ligada à produção rural, seja como assalariados rurais, normalmente temporários, posseiros, parceiros, arrendatários e membros não remunerados da família.

Só [trabalhei] no campo. Tanto é que, se eu morar numa cidade, eu fico doente. Porque 'ce vê, aqui eu não tenho parada. Eu vou para um lado vou pro outro, cuido de uma coisa, cuido de outra. Eu não vejo o dia passá. Agora, lá na cidade, eu trabalhava na roça. Foi três anos que eu morei na cidade, né? É, morei três anos lá em Ilicínia [MG]. Não faltava serviço pra mim, mas aí eu queria trabalhar era na roça mesmo. A vida minha sempre foi vaca [referindo-se à sua preferência do trabalho com o gado] (Entrevistado 5).

Eu sou do meio rural lá. Ipatinga [MG] foi a cidade que eu fui registrado, mas eu fui criado mesmo fora da cidade, lá na zona rural mesmo. Quando eu completei a idade de maior eu resolvi saí de lá. Aí eu andei por vários lugares (Entrevistado 3).

Apesar de grande parte ter origem na “roça”, outras pessoas são advindas de grandes centros urbanos e relatam ser a primeira experiência no âmbito rural.

Eu trabalhei com tudo. Eu trabalhei em padaria sete anos, eu trabalhei em hotel seis anos e trabalhei em limpadora cinco anos certinho na carteira. E também cozinheira, salgadeira, costureira, vendedora, tudo isso eu trabalhei. E aqui eu tô mexendo com gado, cuidando das coisas pra comer, porco e as coisinha de eu gosto de roça, mas por enquanto eu tô parada (Entrevistada 2).

Quando a gente viajava com o meu pai quando ele era vivo, a gente viajava muito para o Mato Grosso do Sul. Então, a maior parte era na zona rural. Então, a gente conhecia um pouco, num digo morar. A gente sempre morou em cidade grande, a gente sempre teve uma vida de cidade grande. Cidade grande é muito difícil pra criar as crianças (Entrevistada 6).

A atividade econômica dessas famílias, muitas vezes, não deriva da produção interna no assentamento que, grande parte das vezes, é unicamente para consumo, com pequenas sobras para venda. Segundo Costa (2008), a principal fonte de renda para a maioria das famílias assentadas é oriunda da produção de pimenta, cultivada nos lotes individuais, e toda a produção é comercializada por atravessadores. Entre os meses de maio e agosto, parte das famílias se dedica à colheita do café, trabalhando em propriedades vizinhas na condição de "boia-fria".

[...] por dois meses, a gente abandona, deixa a casa por conta dos filhos e vai para as lavouras de café para ajudar o companheiro no sustento da casa (Grupo Focal).

Eu saí [para trabalhar na colheita do café] porque, às vezes, a gente precisa comprar o sal, o açúcar e o óleo. Se não trabalha em algum serviço, às vezes, apura muito. Quando, antigamente, que era acampamento, vinha cesta, era mais fácil, mas agora a gente tem que se virar por conta mesmo (Entrevistada 7).

A **composição das famílias** é bem diversificada, mas segue o padrão de assentamentos brasileiros<sup>38</sup> do tipo nuclear, limitando-se, em geral, sua composição a pai, mãe e filhos(as).

---

<sup>38</sup> Segundo Rua e Abramovay (2002), cerca de 90% das famílias são nucleares.



QUADRO 1 Número de famílias e dos respectivos membros.

1) 7 pessoas	17) 3 pessoas	33) 1 pessoa
2) 5 pessoas	18) 8 pessoas	34) 4 pessoas
3) 5 pessoas	19) 3 pessoas	35) 5 pessoas
4) 1 pessoa	20) 3 pessoas	36) 3 pessoas
5) 2 pessoas	21) 3 pessoas	37) 1 pessoa
6) 1 pessoa	22) 3 pessoas	38) 9 pessoas
7) 1 pessoa	23) 1 pessoa	39) 2 pessoas
8) 2 pessoas	24) 1 pessoa	40) 3 pessoas
9) 3 pessoas	25) 3 pessoas	41) 1 pessoa
10) 3 pessoas	26) 1 pessoa	42) 3 pessoas
11) 1 pessoa	27) 4 pessoas	43) 4 pessoas
12) 1 pessoa	28) 2 pessoas	44) 3 pessoas
13) 2 pessoas	29) 3 pessoas	45) 1 pessoa
14) 4 pessoas	30) 3 pessoas	46) 1 pessoa
15) 1 pessoa	31) 2 pessoas	47) 1 pessoa
16) 3 pessoas	32) 1 pessoa	48) 1 pessoa
		<b>Total: 129 pessoas</b>

Fonte: Caderno de Campo – Agosto de 2009.

De acordo como Quadro 1, 48 famílias<sup>39</sup> representam um total de 129 pessoas, com média de 2,5 pessoas por família, ou seja, predominam famílias pouco numerosas. Esse dado se mostrou inferior à média nacional (5 membros por família) constatada em estudos recentes (Rua e Abramovay, 2002; Heredia *et al*, 2008).

Várias famílias são representadas por apenas um membro; são 17 pessoas, sendo 16 homens e apenas 1 mulher. O restante, 32 famílias, são representadas por casais; 24 possuem filhos(as) e 6 das famílias não. O número de famílias numerosas, com mais de quatro membros, é reduzido; apenas seis famílias excedem esse número. Contudo, é necessário relativizar esses dados. Várias famílias não estão completas com todos os seus membros. Muitas vezes, parte das pessoas não se encontra na área, por não ter se adaptado ou ter constituído família em outro local.

<sup>39</sup> No período da pesquisa havia um lote sobrando.

[Tem quantos filhos?] Sete. [Onde estão?] Aqui com nós tem só três [...] tem um em Ilicínia [MG] e três aqui na Nova Barra [MG] (Entrevistado 5).

Com relação ao nível de **escolaridade**, a maioria das pessoas tem, no máximo, até a 4ª série do ensino fundamental, sendo alguns assentados e assentadas analfabetos. O número de pessoas que cursam o ensino médio é pequeno e poucos concluem os estudos. Contudo, todas as crianças estão na escola, o que faz com que os(as) filhos(as) sejam mais escolarizados que os pais.

Tive escola, mas nada entrou na cabeça (Entrevistado 1).

[...] o estudo eu não terminei. Fiz o 2º grau, mas eu queria ter feito faculdade. Fiz um ano de técnico em contabilidade, que eu adorei e não pude levar pra frente por motivo de saúde da minha mãe. E daí, logo eu engravidei na primeira filha e você faz um rumo da sua vida e fala: ‘vou guardar um dinheiro pra aquilo’. Aí aparece outra coisa e, aí, eu tive que focar só na Isabele. Aí vieram os outros filhos, aí eu parei. Só fiz 2º grau mesmo, mas eu não estou dizendo que eu desisti. O movimento abre porta pra gente fazer faculdade e eu estou esperando uma vaga de pedagogia da terra em Uberlândia [MG]. Aí eu falei que, se aparecer, eu vou abraçar porque é o que eu quero. Para mim, é isso (Grupo Focal).

Entre as famílias, observou-se relativa diversidade nas formas de sobrevivência, fato perceptível na qualidade das moradias, nos aparelhos dentro das casas e nos pertences individuais. Existe um auxílio da prefeitura de Guapé, o projeto *Barriga cheia*<sup>40</sup>, que beneficia famílias de baixa renda com cestas básicas. O assentamento é contemplado com cerca de 15 cestas, a cada 15 dias, e as famílias com maior número de crianças têm preferência na assistência.

---

<sup>40</sup> O projeto Barriga Cheia é uma parceria entre a Prefeitura de Guapé, a Associação dos Agricultores e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), integrado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma das ações do Programa Fome Zero do Governo Federal.

Há várias **religiões** no assentamento e os católicos são predominantes, sendo os demais ligados a igrejas neopentecostais<sup>41</sup> diversas. Os primeiros têm missa uma vez por mês na área e os outros participam dos cultos nas comunidades mais próximas.

No assentamento tem missa uma vez por mês. Sou crente, mas, como tem pouca coisa, a gente vai tudo junto. Se tem missa vai na missa, se tem culto vai no culto, se tem samba vai no samba (Entrevistada 13).

Na missa eu quase não vou porque, antigamente, a minha religião é a evangélica, porque a gente não tem [culto]. Mas, de vez em quando, eu já participei da missa aí (Entrevistada 7).

Segundo Oliveira (2008), a ação da Igreja é um fator que, somado às demais condições políticas, sócio-culturais e econômicas, favorece a organização política dos trabalhadores rurais. A religião exerce grande importância na vida dessas famílias e, além disso, a Igreja Católica é importante parceira do assentamento.

Graças a Deus, na hora de discutir os sonhos, as propostas, foi tirado de construir uma igreja aqui (Entrevistada 16).

Eu ponho o padre, não a constituição igreja [...] o padre de Guapé usa a missa para articular. É um parceiro que mudou a relação da comunidade (Entrevistado 21).

A Igreja mudou totalmente a visão das comunidades em torno de Guapé (Entrevistado 21).

---

<sup>41</sup> Também denominadas de evangélicas, têm na Igreja Universal do Reino de Deus e na Igreja Mundial do Poder de Deus o maior número de devotos.

#### **4.4 Organização espacial e social do assentamento**

A comunidade Santo Dias está organizada, atualmente, em estrutura de agrovila, em que as casas de alvenaria e barracos de lona ficam dispostos próximos uns aos outros, já que até o momento, apesar da divisão dos lotes ter sido parcialmente concluída pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os benefícios para o efetivo assentamento das famílias não foram liberados. Mesmo assim, algumas famílias já começaram a utilizar os futuros lotes, plantando, cercando e até construindo moradias.

A produção agrícola não é exclusivamente individual, há também um lote coletivo de 12,5 hectares, onde se cultiva arroz, feijão e milho. Algumas famílias possuem gado para a produção de leite para consumo interno e o rebanho é criado em pastagem coletiva, apesar de os animais serem de propriedade individual. Ainda entre as atividades desenvolvidas coletivamente está uma horta de espécies olerícolas e plantas medicinais. Além disso, um laboratório de homeopatia e fitoterápicos foi concluído recentemente e auxiliará nos experimentos em andamento conduzidos pelos agricultores com apoio técnico de um agrônomo do MST. Um dos experimentos tem o objetivo de utilizar a homeopatia para o controle de carrapatos em gado leiteiro (INCUBACOOP/UFLA, 2007; Costa, 2008).

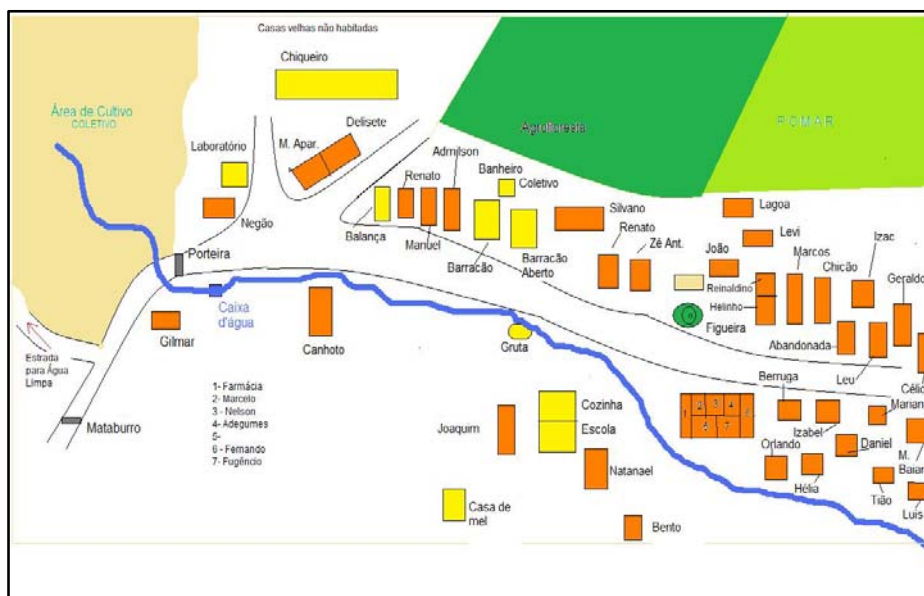


FIGURA 7 Mapa do Assentamento Santo Dias.

Fonte: INCUBACOOOP/UFLA, 2007.

A demora na regularização dos lotes é um dos fatores de maior impacto negativo na área, existindo grande expectativa por parte dos assentados e assentadas na aceleração dos procedimentos burocráticos do INCRA para a fixação das famílias nos lotes individuais. Percebe-se esta preocupação em vários depoimentos, além de um fato marcante, que foi o impacto da visita de técnicos do INCRA na primeira vivência feita na área, quando participávamos da *quebra do milho*<sup>42</sup> coletivo.

<sup>42</sup> A “quebra do milho” é a colheita do milho.

Por volta das 11 horas, o grupo foi pego com um chamado de uma assentada que dizia que alguns membros do INCRA tinham chegado à área. Logo, uma das principais líderes, que estava quebrando milho ao meu lado, rapidamente saiu e foi recebê-los. Percebi, imediatamente a tensão dos agricultores (Magrini, 2009, dados pessoais<sup>43</sup>)

A organização social do assentamento é composta, formalmente, pelas divisões político-organizativas tradicionais do MST. São seis setores e quatro núcleos de base ou de famílias e suas composições são voluntárias e por afinidades.

Cada núcleo é identificado por um nome e possui dois(duas) coordenadores(as) e uma forma de se organizar, estando dispostos da seguinte maneira:

- **Núcleo Bartolina Cissa:** tem esse nome em homenagem a uma guerreira indígena que lutou contra a invasão dos espanhóis no século XVIII. Com quinze famílias, o núcleo optou por manter o uso comum das terras, utilizando apenas 4 ha por família para moradia, produção e criação familiar. Os outros 10 ha foram unidos e divididos em três áreas comuns;
- **Núcleo Florestan Fernandes:** homenageia o importante sociólogo e político brasileiro. O núcleo possui 13 famílias com 10 ha de produção e moradia familiar e 50 ha para produção coletiva;
- **Núcleo Margarida Alves:** o terceiro núcleo homenageia a trabalhadora rural e líder sindical de Alagoa Grande, PB, assassinada em 1983. Este núcleo possui 10 famílias com 15 ha de produção e moradia familiar e 10 ha para produção coletiva;

---

<sup>43</sup> Informações retiradas do caderno de campo do pesquisador feitas na primeira vivência no Assentamento Santo Dias no dia 13 de Maio de 2009.

- **Núcleo Sidney Dias:** homenageia o agricultor que morreu em um acidente de caminhão que trazia a mudança de um grupo de acampados de Ribeirão Preto, SP para Campo do Meio, MG. Este núcleo possui 11 famílias com 14 ha para produção e moradia familiar e nenhum para produção coletiva.

Existe grande disparidade na estrutura que define o modelo de organização da produção do núcleo. Uns adotaram o sistema mais individualizado, em que grande parte das terras é utilizada individualmente pelas famílias e outros adotaram um sistema de produção coletivizado da terra, onde as famílias utilizam áreas comuns.

Os(as) assentados(as) também se organizam em setores que discutem e organizam questões mais específicas. Apesar de seguir as indicações do MST, mantêm as especificidades locais. São eles:

- **comunicação:** é responsável pelos contatos externos via telefone e internet, e também pela intermediação de atividades;
- **educação:** é responsável pelo contato com a Secretaria de Educação do município e com as escolas próximas, garantindo o acesso das crianças e dos jovens ao ensino e transporte. Além disso, organiza oficinas educativas e coordena a EJA;
- **frente de massa:** é responsável pela organização das manifestações e mobilizações externas;
- **juventude e cultura:** é responsável pela organização de atividades culturais e pelo embelezamento da área social do assentamento;
- **produção e meio ambiente:** é responsável pela coordenação dos trabalhos coletivos que são desenvolvidos na comunidade, sendo,

atualmente, os que se referem a horta comunitária, viveiro agroflorestal, apicultura, organização dos pastos, reflorestamento e produção agrícola de maneira geral;

- **saúde:** é responsável pela orientação e coordenação de atividades referentes ao plantio e ao processamento das plantas medicinais e dos fitoterápicos (xaropes e pomadas). Atua no recolhimento de lixo gerado na comunidade, que é levado pelo caminhão da prefeitura para o lixão municipal. Também se responsabiliza pelo diálogo junto à Secretaria de Saúde do município, agendando consultas, encaminhando pedidos de remédios e exames, entre outras questões.

O MST tem uma forma muito boa pra gente tá trabalhando [...] o nosso trabalho não é só busca da conquista pela terra. O movimento é construído em vários setores. A primeira parte é a formação de militantes, depois vem a formação na base, que é a formação com as famílias, que dessa formação a gente cria os setores, setor de produção, educação, saúde, e a gente tem as reuniões de núcleo também [...] O núcleo de base, quando é bem formado, a gente tem mais facilidade para encaminhar as coisas, pra lançar proposta, criar debates (Grupo Focal).

[...] se não participar do Setor, não fica por dentro das coisas, porque é no setor que a gente se encontra pra debater, pra vê o que se possa fazer. Então, é muito bom (Grupo Focal).

Completando a organicidade interna do Santo Dias, existe a coordenação geral do Assentamento, composta, atualmente, por representantes dos núcleos de família e setores que se reúnem sistematicamente. Essas reuniões acontecem a cada 15 dias, sendo segunda-feira o dia dos setores, terça-feira, o da coordenação e quarta-feira, o dos núcleos.



[...] o setor lá discute que precisa disso. Aí leva pra coordenação, aí a coordenação leva pros núcleos, aí, pra vê se tudo concorda com aquilo, se tudo concordar, a gente vai buscar jeito de conseguir aquilo (Grupo Focal).

Essas reuniões são extremamente organizadas e seguem metodologias sistemáticas em todas as DPO. São espaços longos com uma rodada onde todos(as) fazem seus informes. Logo após, é aberta a discussão da pauta, em que se propõem novos debates e se encerra com os encaminhamentos.

A metodologia da reunião do Setor de Juventude e Cultura segue o padrão tradicional de informes, proposta de pauta e discussão de cada ponto. O principal ponto de pauta foi a festa junina, cujo setor se responsabilizou. Outra questão importante que debatiam era referente à implantação de cestos de lixo ao redor da área social do assentamento. Posteriormente, as meninas ficaram limpando a área e os meninos se dispersaram. A reunião mostrou que poucos têm maturidade para participar de uma reunião, no entanto, não podemos nos esquecer de que grande parte ainda é crianças (Magrini, 2009, dados pessoais).

Isso foi percebido no período de 11 a 15 de maio, ao acompanhar algumas reuniões das DPOs.

A reunião [de coordenação] foi extremamente cansativa e durou quase 4 horas. Grande parte das pessoas participou bastante, mas as lideranças chave é que ditaram o ritmo do debate (Magrini, 2009, dados pessoais).

Algumas vezes, os assentados(as) parecem não ter clareza da estrutura de organização do MST. Mesmo com a vivência cotidiana de inúmeras reuniões de setores e núcleos, algumas pessoas se mostram perdidas com o modelo adotado.

[O Senhor faz parte de qual núcleo familiar?] Rapaz, eu não tô certo o nome desses núcleo não (Entrevistado 1).

Outra divisão político-organizativa importante do assentamento foi fundada em 22 de novembro de 2008. A Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias (AAFASD) tem o objetivo de organizar a produção e a comercialização da área. É uma via institucional criada por exigência do INCRA, mas que se consolida pela orientação política que o MST propõe para suas comunidades.

Segundo Stedile & Fernandes (1999), o sistema cooperativo é fundamental porque, além de favorecer a maior produtividade da terra por meio da cooperação, consiste numa experiência prévia de um novo modo de organização da produção que se fundamenta na distribuição igualitária e coletiva dos recursos materiais e, portanto, difere do modelo capitalista, desempenhando assim um papel educativo. Além disso, o sistema de cooperativismo agrícola facilita o acesso ao crédito e às novas tecnologias, cria condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada e escola perto do local de moradia.

[...] com um pouco mais de esforço a gente consegue desenvolver os trabalhos de cooperação. Aqui a gente fala trabalho coletivo [...], mas a cooperação, de forma geral, esquece a produção coletiva. VAMOS pensar no trabalho coletivo, a gente precisa chegar nesse ponto. Trabalho cooperado, talvez esse ano, agora que fundou a Associação, pode ser que vá facilitar mais ainda pra gente trabalhar mais ainda em conjunto, mas a gente tá numa fase boa (Grupo Focal).

Com mais de um ano de constituição, a associação local começou a mostrar sua importância, seja na interlocução com agentes externos, como agências financiadoras e poder público, ou na própria organização coletiva interna.

#### 4.5 Infraestrutura e acesso a políticas públicas

Em termos gerais, a infraestrutura e o acesso a políticas públicas para os(as) assentados(as) são bons, não significando 100% de condições de vida digna. Segundo Heredia et al. (2008), a criação de assentamentos e a expectativa que os cercam acabam por dar origem a uma série de demandas e reivindicações, cuja potencialização relaciona-se com a capacidade organizativa dos assentados e assentadas e com a conjuntura política em que se inserem.

As condições gerais de **moradia** são provisórias e, algumas vezes, precárias. São, em sua maior parte, de tijolos ou blocos, com algumas casas de adobe e também barracos de lona preta, em sua maioria, servidas por fossas. Esse espaço físico não é permanente, irá mudar. Por isso será necessária a construção de novas moradias, com a ida das famílias aos lotes familiares.

[Quanto à moradia] meu sonho já é ter a casa formal, a casa dos sem-terra [...] ter uma moradia mais confortável (Entrevistada 16).

Quanto ao **abastecimento de água**, não há qualquer problema, os recursos hídricos são muito abundantes na região. Existem três fontes de abastecimento de água no P.A Santo Dias. A água utilizada para beber provém das minas localizadas na parte superior do assentamento e é conduzida através de encanamentos. Uma represa abastecida pela nascente localizada próximo à terra do coletivo fornece água para uma caixa central. Utiliza-se o córrego que passa pela área para lavar roupas e utensílios domésticos. Este córrego também abastece a comunidade vizinha de Santo Antonio, o que exige cuidado em seu uso.

A **rede elétrica** chegou ao assentamento em maio de 2007, porém, apenas as casas de alvenaria foram beneficiadas; os barracos de lona têm que

fazer *gato*<sup>44</sup> para ter energia na moradia. A chegada da energia mudou a rotina de grande parte das famílias. As roupas que eram lavadas a mão, no tanque ou nos córregos, agora são lavadas em tanquinhos e máquinas de lavar; os alimentos perecíveis, que dificilmente eram estocados, agora ficam nas geladeiras e freezers. As “culturais”, espaços em que grande parte das pessoas se reunia para conversar, tocar violão e se divertir, foram substituídos pela televisão e sua infinidade de programas.

Antes da chegada da luz, os filhos não gostavam daqui. Eles dormiam cedo. Após a chegada [da energia], a rotina deles mudou. Hoje eles dormem mais tarde e sempre veem TV (Entrevistado 18).

Todo mundo fala, quando não tinha energia tudo era melhor. Tinha reunião [noites culturais], agora não tem porque, às vezes, fica em casa assistindo novela ou vai assistir filme ou desce pra cidade. Nem noite cultural é boa que nem era quando não tinha energia (Entrevistada 9).

Mesmo com a chegada na energia, a **telefonía pública** ainda é inexistente. Os contatos externos são feitos exclusivamente por telefones celulares, outro equipamento abundante entre os assentados e assentadas. Recentemente, foi instalada uma antena de internet a rádio, que está ligada ao computador da associação local.

Referindo-se, agora, aos **acessos** por estradas vicinais ao assentamento, apenas uma estrada liga a área às comunidades mais próximas, seja Aparecida do Sul (Jacutinga), Santo Antônio ou a cidade de Guapé. O povoado mais próximo é Jacutinga, uma comunidade pequena distante seis quilômetros. Santo Antônio fica um pouco mais distante, aproximadamente 10 km e Guapé, a mais de 20 km da área. Todas são estradas de terra de regular qualidade, em períodos

---

<sup>44</sup> Quando os moradores puxam fios de energia de uma residência para outra.

de seca.

Com relação ao **transporte coletivo**, verificaram-se muitos problemas. Não há transporte público até o Assentamento. O deslocamento dos(as) assentados(as) depende de carona ou tem que ser feito a pé até as comunidades mais próximas. Uma das alternativas é o veículo escolar que a prefeitura disponibilizou gratuitamente para o transporte de crianças e adolescentes, sendo, muitas vezes, ele quem conduz as pessoas à Jacutinga.

No que se refere à **educação**, verificaram-se questões distintas nos níveis escolares: creche, ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos (EJA).

Todas as crianças da área estudam na comunidade de Jacutinga na mesma escola. Na parte da manhã, a partir das 6 horas, o ônibus escolar leva cerca de onze crianças que estudam no ensino fundamental e ou estão na creche, cujo trajeto dura vinte minutos. O retorno acontece por volta das 12 horas. Logo depois, as crianças mais velhas, que estudam no período da tarde, ainda no ensino fundamental, se deslocam para estudar, retornando por volta das 17 horas.

As pessoas que estudam no ensino médio ou supletivo têm mais dificuldades no deslocamento. Ambos acontecem na cidade de Guapé. O transporte só faz o percurso Santo Dias–Jacutinga, na parte da tarde, às 16 horas, quando o ônibus sai para buscar as crianças da parte da tarde. Ao chegarem a Jacutinga, por volta das 17 horas, todos(as) têm que esperar mais de uma hora para o transporte que os(as) levará até Guapé, onde a aula inicia-se, somente, às 19 horas. Ao seu término, por volta das 22 horas, todos, novamente, têm que esperar o transporte até Jacutinga e depois se deslocar ao assentamento, chegando por volta da meia noite todos os dias, oito horas depois de terem saído para estudar.

Existe uma escola no assentamento, de nome Paulo Freire. Lá funcionam as aulas da Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), coordenado pelo setor de Educação, e a sede provisória da AAFASD. Contando com dois educadores, um homem e uma mulher, cadastrados e mais quatro assistentes, todas mulheres, as aulas acontecem no período da noite de segunda a quinta-feira, com uma hora de duração. Em um mesmo espaço acontecem as aulas de duas turmas, as pessoas que estão sendo alfabetizadas e as que estão no ensino fundamental, em sua maioria nas séries iniciais. O número de pessoas que frequentam as aulas é muito variado e depende do período do ano.

Tô na 2ª série ainda. Antigamente, eu estudei até a 2ª série, mas eu esqueci que dizer agora que é na 1ª mesmo porque, na minha juventude, eu estudei até 10 anos. Depois, eu não quis ir mais (Entrevistada 7).

Observou-se que as aulas estavam acontecendo e com boa participação de assentados e assentadas. Contudo, a rotina pesada, principalmente na época da colheita do café, impede o bom andamento das aulas.

Houve uma demanda dos estudantes do EJA para não falhar nenhuma aula na semana, de 2ª a 5ª, mesmo na época da colheita do café. As aulas foram remanejadas para as 19 horas, pois as pessoas chegam perto da 18 horas e precisam se alimentar antes (Entrevistada 19).

No que diz respeito ao **serviço de saúde**, como na maioria dos assentamentos em sua fase inicial, as condições ainda são precárias. O atendimento médico aos assentados(as) é feito mensalmente no próprio local, por meio do Programa Saúde da Família (PSF), mantido pela Prefeitura Municipal e posteriormente encaminhados, quando necessário, para a cidade de Guapé. Entretanto, sua periodicidade é relativa. Muitas vezes, as visitas são mais escassas. Existe uma demanda interna do assentamento para que o atendimento

seja quinzenal, entretanto, isso ainda não aconteceu. O atendimento odontológico também é feito na área uma vez por mês ou realizado nas comunidades de Aparecida e Santo Antônio. O assentamento recebe, também, a visita mensal de agentes comunitários para orientações e vistorias acerca do mosquito da dengue, entre outras coisas.

Tem muitos problemas de pressão alta. Todo exame que precisa ser feito tem que pagar. Pelo SUS demora meses, anos. Precisa viajar longe (Entrevistada 19).

Diante das dificuldades enfrentadas por toda a população do assentamento, uma alternativa encontrada foi a utilização do conhecimento popular de plantas medicinais. O Setor de Saúde dispõe de uma pequena área para produção coletiva de plantas medicinais, como alfavaca, alecrim, arruda, boldo, capim-santo, erva-cidreira, erva-doce, hortelã, insulina, manjeriço, entre outras, que são utilizadas parcialmente para a produção de fitoterápicos, na forma de pomadas, xaropes, chás e tinturas. As formulações são armazenadas em vidros esterilizados em uma farmácia provisória. Esses produtos são para o atendimento de doentes e feridos, e levados como doações para os encontros e viagens de membros do assentamento.

Aqui é mais ruim de medicina. No Campo do Meio é melhor. Aqui nós num consegue muito porque aonde nós estamos o médico vem uma vez por mês aqui e a cidade, se a gente precisar ir consultar com eles, é só duas pessoas que podem consultar da zona rural, num pode ser mais. Então, a gente fica um pouco, às vezes, a gente tá precisando, a gente faz o possível pra socorrê com remédio caseiro mesmo. Como antes de ontem, eu tive um dor de cabeça de repente, eu não tinha remédio nenhum. Fiz um chá, tomei aquele chá fiquei quietinha, de repente minha dor de cabeça passou [...] Os remédios que eu tomo, eu ainda continuo meu tratamento, o médico manda meu remédio. Tô com colesterol, tá vindo meu remédio também [...] e gosto daqui.

Eu prefiro aqui do que qualquer outro lugar (Entrevistada 2).

A partir da utilização do conhecimento popular local e da falta de assistência média pública, as atividades se expandiram e boa parte dos assentados e assentadas aceita bem a medicina alternativa.

[...] a gente conseguiu tirar muita gente das farmácias. Tem muita gente que acredita nos fitoterápicos (Entrevistada 16).

Outra questão fundamental foi a construção de um laboratório de alvenaria de pequeno porte para essa produção e manipulação de remédios homeopáticos voltados para o manejo de parte do gado leiteiro. Para esta atividade, o Setor de Saúde recebeu o apoio do Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS), com recursos financeiros para a construção de um laboratório e outras benfeitorias; da Univerisdade Federal de Lavras (UFLA), com assistência técnica do professor Daniel Melo de Castro, do Departamento de Biologia da UFLA, sementes e mudas e de comunidades vizinhas, troca direta de mudas e sementes. Além disso, os membros do setor têm acesso a cartilhas sobre plantas medicinais elaboradas pelo MST, a partir da realização de seminários sobre o tema.

As **relações externas** do assentamento com fazendas próximas, moradores das comunidades vizinhas e da cidade de Guapé parecem ser cordiais e respeitosas. Segundo os moradores(as), as crianças não têm problemas na escola e no atendimento médico. Contudo, é importante ressaltar que, ao necessitar de prestação de serviços no município de Guapé, o pesquisador, identificado pelos(as) prestadores(as) de serviço como alguém que convive com assentados(as) mas é diferente dos(as) assentado(as), conviveu com afirmações preconceituosas em relação aos “sem-terra”.



[...] o que que eles tão fazendo naquela terra lá. Pede pra eles ir embora de lá. Aquela terra só tem pedra (Profissional de saúde).

Lá é muito sujo, tem muita gente vagabunda lá. Eu era assistente social da prefeitura, eu ia lá (Proprietária de comércio local).

O mesmo fato foi observado também em um relato de uma das entrevistas realizadas com uma assentada.

Na educação, saúde e cultura, os sem-terra ficam meio discriminados, falta apoio ao assentamento (Entrevistada 19).

Dentre outras relações fortalecedoras do Assentamento Santo Dias, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Sul de Minas Gerais representa um importante parceiro. Inclusive há, entre os assentados da área, dois membros que fazem parte da direção do sindicato. Recentemente, foi disponibilizado um automóvel que fica sob responsabilidade de um dos assentados para as atividades do Sindicato na região.

Outra relação importante é com alguns setores da Universidade Federal de Lavras. Desde seu surgimento, em 2002, ainda como acampamento, até os dias de hoje, há uma relativa ligação de professores e estudantes com a área. Vários projetos das mais diversas áreas de conhecimento já foram executados. Entre eles, o projeto “Formação em educação pré-cooperativista para agricultores assentados em uma área de reforma agrária do Sul de Minas para a constituição de uma cooperativa popular”, vinculado à INCUBACOOOP/UFLA e trabalhos desenvolvidos anteriormente, seja pelo Núcleo de Apoio à Reforma Agrária (NARA Terra) ou o grupo de agroecologia “Yebá Ervas & Matos”, ambos formados por estudantes da UFLA.

Dentre outros projetos, podemos destacar atividades de implantação da agrofloresta, análises de solo, levantamento florístico, capacitação para a

homeopatia e fitoterapia e a consequente implantação de um laboratório de manipulação para este fim.

#### **4.6 Produção interna**

Produzir, mas que essa produção fosse mais além, para a gente não depender de sair para trabalhar fora (Grupo Focal).

Esse é o sonho de grande parte das famílias da área: produzir e conseguir sobreviver unicamente dessa produção. Nesse tópico relata-se o que é produzido internamente na área.

Como observado no capítulo sobre a disposição social e espacial do assentamento, os núcleos fizeram suas escolhas quanto ao modelo de produção, coletivo e individual, mas ainda não iniciaram esse processo. Atualmente, a **produção coletiva** do assentamento está localizada em uma área comum de 14 ha, localizados na entrada da área. Nesta área são cultivados cereais, como milho e arroz, rotativamente. Essa produção é destinada às famílias que participam de todo o processo, do plantio até o beneficiamento do produto.

Para as hortaliças e plantas medicinais são destinados dois hectares; um hectare para produção de mandioca; 0,8 ha para experimentos agroflorestais e o pomar; um ha para manejo florestal de candeia, angico e sacco de bode para produção de madeira e 150 ha são reservados para o pasto, sendo 30 ha são destinados para experiências com homeopatia (Amaral, 2009).

Nas **produções individuais**, normalmente, são utilizados os futuros lotes e a diversidade de produtos é grande (Quadro 2), sobretudo, os alimentos essenciais na alimentação cotidiana, como arroz, feijão e milho, mandioca e outros, como a pimenta, para a comercialização.

[...] aqui nós planta quase de tudo, milho, feijão, arroz,

mandioca, amendoim (Entrevistado 5).

A gente planta de tudo. Planta o milho, planta o arroz. Eu gosto muito de mexer com lavoura, plantar feijão. Eu planto amendoim, verdurinha, essas coisinha, tudo que a gente usa a gente planta (Entrevistada 7).

São utilizadas sementes crioulas produzidas na horta comunitária, exceto aquelas não adaptadas à região e, por isso, são compradas na cidade. No Assentamento Santo Dias não se utilizam agrotóxicos nas lavouras, exceto no controle de formigas. A caça também não é praticada, assim como o corte de árvores, retirando-se apenas a madeira seca da natureza. Também há um sistema agroflorestal em implantação e a utilização de adubação verde em alguns cultivos (Costa, 2008; Amaral, 2009).

A maior parte do que é produzido internamente destina-se ao consumo das próprias famílias. Caso haja sobras, normalmente, a comercialização é feita na própria área. Trocas também são comuns.

A gente planta pouco. Quando dá, a gente deixa pro que dá pra passá o ano, o arroz e o feijão sempre dá, sempre. Às vezes, o milho que não dá, a gente planta pouco. Às vezes, tem a criação de porco e galinha [...] feijão e arroz sempre sobra” (Entrevistada 4).

No que se refere à criação de animais, todas são criações individuais, seja de porcos, galinhas, cavalos e gado. Os porcos e as galinhas ficam no entorno das casas e os cavalos e o gado ficam nas áreas destinadas à pastagem. Animais que porventura possam existir na área de posse do coletivo são destinados à utilização por toda a comunidade, como ocorreu na última festa de aniversário do assentamento, quando uma rês foi abatida para consumo durante a confraternização. Há em torno de 150 cabeças de gado no assentamento, que compõem o rebanho individual, todos criados em pasto coletivo (INCUBACOOOP/UFLA, 2007).

O quadro abaixo sistematiza os principais produtos do assentamento desde sua origem até o seu destino. As informações foram obtidas por meio da técnica Entra e Sai, utilizada no DRPE para compreender a cadeia produtiva dos produtos da área.

QUADRO 2 Cadeia produtiva dos principais produtos do Assentamento Santo Dias.

DE ONDE VEM	ENTRA	PRODUTO	SAI	PRA ONDE VAI
-Cooperativa -Sementes crioulas -Terceirização -Santo Dias	-Adubo químico -Calcário -Sementes -Trator -Tração animal -Mão-de-obra -Ferramentas	<b>MILHO</b> <b>ARROZ</b> <b>FEIJÃO</b>	-Fubá, -Farelo, -Quirela, -Quitanda, -Milho pipoca. -Palha	-Consumo interno - Comercialização - Criação
-Cooperativas -Terceirização -Santo Dias -Famílias -Cidade -MST -Supermercados	-Adubo químico e orgânico -Trator -Saquinho -Ferramentas -Mão-de-obra -Garrafas PET -Bambu -Assistência técnica -Pulverização -Sal -Semente	<b>PIMENTA</b>	-Pimenta em conserva	Atravessador
-Coletivo, família -Terceirização -Santo Dias -Cooperativas	-Mão-de-obra -Hora máquina -Sementes -Ferramentas -Calagem (análise do solo)	<b>AMENDOIM</b>	-Quitanda -Palhada para a produção de composto orgânico	-Consumo próprio
-Coletivo, famílias -Terceirização -Santo Dias	-Mão-de-obra -Hora máquina -Ferramentas	<b>MANDIOCA</b>	-Quitandas -Farinha	-Consumo próprio -Doação (sobra) -Trato (criação)
-Santo Dias	-Sementes	<b>SOJA E ADUBO VERDE</b>	-Semente e adubo verde	-consumo coletivo
-Santo Dias -Cooperativa -Núcleos	-Esterco de vaca e composto -Sementes -Mão-de-obra	<b>HORTA</b>	-Consumo interno	-Consumo coletivo

...continua...

QUADRO 2, Cont.

-PROSAN <sup>45</sup>	-Mão de obra -Ferramentas -Esterco de vaca -Cercado de tela -Ferramentas de manipul.	<b>PLANTAS MEDICINAIS</b>	-Xarope, pomada, chá, tintura	-Consumo próprio
-Santo Dias -Cooperativas	-Pasto -Sal, -Vacinas, -Bericida, -Carrapaticida, -Cerca	<b>GADO (CRIAÇÃO)</b>	-Leite, -Carne -Couro	-Consumo próprio -Venda -Celaria -Troca
-Cooperativas	-Farelo -Remédios	<b>SUÍNOS, GALINHAS, GANSOS E CAVALOS</b>	-Ovo -Carne	-Venda interna, consumo próprio e troca
-PROSAN	-Fumegador -Macacão -Cera aveolada -Mão de obra -Mesa desapiculadora -Centrífuga -Garfo desapiculador	<b>MEL</b>	-Produção de fitoterápicos -própolis -mel	-Farmácia -Consumo

Fonte: INCUBACOOOP/UFLA, 2007.

Depois de apresentar o Assentamento Santo Dias por meio de informações obtidas ou por documentos diversos ou por diferentes formas de diálogos por, aproximadamente, dois anos com assentados(as), interessa focalizar, no próximo capítulo, as construções sociais de feminino e masculino na área. Que compreensões foram percebidas sobre relações de gênero naquele espaço?

<sup>45</sup> O Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional (PROSAN) é coordenado pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (CONSEA/MG), executado pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais e financiado com recursos da Loteria Mineira. O objetivo é desenvolver atividades de segurança alimentar e nutricional em todo o estado e contribuir para a redução da fome.

## **5 FAÇAM VALER A VOZ DAS MULHERES<sup>46</sup>: RELAÇÕES DE GÊNERO EM UM ASSENTAMENTO ORGANIZADO PELO MST**

Com a realização do presente estudo buscou-se compreender o funcionamento das divisões político-organizativas do assentamento, à luz de relações sociais de gênero, bem como as principais implicações no cotidiano das famílias assentadas, um cotidiano explicitado de várias formas, opiniões e percepções. Os resultados possibilitaram identificar mudanças significativas em relação à participação da mulher. Por isso, destacamos algumas análises que parecem ser relevantes dentro da proposta dessa pesquisa.

Observamos que o Assentamento Santo Dias se orienta pelas linhas políticas de gênero do MST expostas anteriormente. Desde 1999, o Movimento definiu linhas políticas de ação em âmbito nacional, com o objetivo de garantir a participação igualitária de mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e gestão (MST, 2006, p. 21).

Essas linhas políticas representam avanços em grande parte conquistados em organizações de mulheres dentro do próprio MST. No Santo Dias parece haver ampla assimilação por parte de assentados(as) de algumas linhas, sobretudo no que se refere às normativas, seja na titulação conjunta do lote, na participação equitativa de mulheres e homens nas DPO e ou na realização da ciranda infantil. Contudo, no que diz respeito aos espaços de debate, formação e reflexão, parece ainda serem raros. As discussões e os espaços de reflexão ainda estão em fase embrionária, à medida que não são colocados como prioritários dentro da área. A própria ideia de superação, de avanço, presente em alguns relatos analisados, sobretudo na assimilação de algumas linhas políticas, traz a própria impossibilidade de produção de mudanças “instantâneas”, o que pode

---

<sup>46</sup> Frase de uma assentada, captada no Grupo Focal realizado no dia 15 de agosto de 2009.

causar a sensação de que há uma distância entre o discurso e a prática.

Para compreender melhor essa situação e realizar a análise dos dados no que se refere ao comportamento de gênero no assentamento, serão utilizados dois momentos distintos. O primeiro refere-se às relações de gênero no espaço público, sobretudo na representação política das divisões político-organizativas. No segundo momento, serão destacadas as relações de gênero no cotidiano familiar e os avanços e contradições dos comportamentos de gênero.

Os dois momentos podem ser entendidos como categorias de análise inseparáveis, mas que serão apresentadas dessa maneira para melhor compreensão das relações em espaços distintos, em que as atribuições de mulheres vincularam-se à esfera doméstica e a dos homens à esfera pública. Essa fronteira entre público e privado parece-nos variável e sinuosa, caracterizando-se, predominantemente, como relações dialéticas. Segundo Perrot (1988), essa articulação na trama de relações de gênero, orientada pela discussão sobre as esferas pública e privada/doméstica, não pode ser simplista e generalizadora, separando trabalho produtivo e trabalho doméstico, sem uma leitura da realidade na qual está inserida a mulher.

### **5.1 As divisões político-organizativas do Assentamento Santo Dias na perspectiva de gênero**

[as mulheres] têm um papel muito importante, eu acho. Tem uma demanda, uma coisa que se tem pra qualquer lugar, pra qualquer que ir, ela já sai com uma lista na mão, sai convidando, têm tal coisa tal dia e aquilo dali anda (Entrevistado 1).

As palavras de um assentado demonstram de forma clara a percepção da atuação de mulheres em atividades coletivas no assentamento Santo Dias. Em seu depoimento, ele está se referindo ao trabalho de mulheres fora de suas casas, no espaço público, tendo o papel de organizadoras de atividades coletivas.

No início dos trabalhos no assentamento, em meados de 2007, observa-se algo interessante, que era a grande participação dessas mulheres no processo de gestão do assentamento e também a expressiva atuação delas como representantes dos núcleos de famílias e coordenadoras dos setores de organização interna. O processo de organização coletiva, caracterizado pela busca de horizontalidade, pode, num certo sentido, interferir nos diferentes papéis socialmente atribuídos às mulheres no âmbito rural, entre outras questões, pelo fato de estimular cotidianamente a participação das mulheres nas instâncias decisórias do assentamento. Essa visão inicial nos desafiou a compreender melhor essa questão.

Denominamos de divisões político-organizativas ou DPO's (Heredia et al., 2008), as instâncias gestoras do assentamento Santo Dias, compostas basicamente pelos núcleos de famílias, setores de organização interna e pela associação de assentados(as), cada uma delas com seus(suas) respectivos(as) coordenadores(as). Essas instâncias seguem linhas políticas de gênero determinadas pelo MST, principalmente na composição equitativa por sexo (50% de participação de homens e 50% de mulheres), inclusive nas coordenações.

Serão apresentadas separadamente cada uma destas divisões e as descobertas da pesquisa quanto ao comportamento de gênero em cada um desses espaços. No que se refere aos setores de organização interna, podem-se destacar três deles: educação, saúde e produção<sup>47</sup>.

A composição por sexo nos setores do assentamento não só é equitativa como também majoritariamente pende para o lado das mulheres. Há evidências de que as mulheres, na sua maioria, participam e representam os setores que historicamente são considerados como espaços “femininos”. É o caso de constatar a sua presença maior nos setores de educação e saúde, por

---

<sup>47</sup> Segundo os assentados(as), são os principais setores do assentamento.



exemplo.

[Setor de Educação] tem mais mulher, só tem um homem. Ele e uma assentada são cadastrados e o resto é colaborador. A mulher tem mais aquele jeito, tem mais paciência (Entrevistada 6).

[Sobre a participação no Setor de Saúde] agora tá meio fraca, nois ta tendo cinco firme. Eu com mais quatro mulheres [e justifica a pouca participação dos homens]. Pode ser a panha do café. Ultimamente, eles não estão querendo não. Eu acho que não tem nada a ver (Entrevistado 5).

Mesmo no Setor de produção, espaço tradicionalmente masculino, apesar de informações imprecisas, há forte presença de mulheres.

[...] no setor de produção é mais mulher. Eu acho que aqui a comunidade a maioria é mulher e, sei lá, porque homem é meio difícil. Às vezes não é aquilo que ele quer, não gosta de se envolver. Mulher, você sabe, qualquer coisinha ela tá lá no meio, é mais expressiva (Entrevistada 6).

As informações imprecisas quanto à quantidade de membros, homens ou mulheres, aconteceram, pois há, no próprio setor, grande quantidade de atividades. A horta comunitária, por exemplo, é uma atividade exclusiva de mulheres do setor e as plantações coletivas, normalmente de milho e arroz, dos homens. Isso pode ser constatado em uma atividade realizada no dia 13 de maio de 2009, quando participamos da “quebra do milho”. É um espaço coletivo organizado pelo setor de produção, em que cada família contribui com um representante, normalmente homem.

Juntaram-se os *quebradores* depois de todos terem assinado o caderno do setor de produção, passado por um dos assentados. Cada *quebrador* se responsabilizou por duas ruas e lá fomos nós, eu e uma assentada, no auge dos seus quase 70 anos. Logo ficamos para trás de grande parte do

outros quebradeiras. O ritmo era muito forte para meros estudantes e uma senhora que, muitas vezes, era mais rápida que eu (Magrini, 2009, dados pessoais).

A atividade apresentada em relato do caderno de campo mostra que a quebra do milho foi realizada, quase que exclusivamente, por homens. A exceção era uma senhora de 70 anos que, por uma questão pessoal, teve que participar como representante da família. Caso contrário, isso não aconteceria.

Após a colheita, depois de todo o milho estar separado em balaio, a atividade se volta para as mulheres, cada uma representando uma família começa a debulhar o milho, separando grãos para alimentação ou para sementes. A divisão é sintetizada por uma das assentadas: “Os homens quebram e as mulheres debulham”.

Em outro setor existente no Assentamento, como a frente de massa, por exemplo, embora haja mulheres, pode-se dizer que é um espaço hegemonicamente masculino. Apenas homens acabam fazendo esse trabalho de militância, que exige muito tempo fora da área. Normalmente, os membros desse setor não conseguem realizar atividades produtivas, necessitando de apoio de outras famílias nas atividades individuais.

No que diz respeito às coordenações do assentamento, a atuação de mulheres é destacada em todas as instâncias. As coordenações, em todos os casos, são compostas por um homem e uma mulher e, apesar de haver homens, o desempenho destacado é das mulheres, que se sobressaem como lideranças.

Quando perguntado sobre quem fazia parte das coordenações da área, um assentado, depois de pensar bastante, citou somente nomes de mulheres da área.

[Quem faz parte da coordenação?] Tem a Cláudia, a Renata, a Márcia lá de cima, tem a Joana [...], a maioria é mulher mas tem homem também (Entrevistado 1).

Entendemos que, talvez, as atividades do assentamento como um todo, quando não são atividades familiares, mas sim coletivas, são de maior interesse de mulheres. Os homens parecem se envolver mais em atividades de produção familiar.

[...] os homens se envolvem mais no trabalho. As mulheres, tudo interessa e, se uma interessa, a outra encaminha (Entrevistado 1).

Outro fato relevante no Assentamento é que há uma representante da coordenação estadual do MST que, de maneira geral, se consolida como a principal liderança da área.

Um fator determinante para possibilitar a efetiva participação da família, principalmente da mulher, nesses espaços, é a realização da Ciranda infantil, que é um espaço educativo para crianças dos assentamentos e acampamentos do MST. Tem o intuito principal de promover uma forma de educação básica, recreação e desenvolvimento locomotor, que contribua para o aprendizado dos mesmos. O reforço escolar também auxilia no espaço educativo. Pode-se compará-la com uma creche.

No Santo Dias, a ciranda infantil acontece regularmente, seja na semana de reuniões, que acontece a cada 15 dias, de segunda a quarta-feira, na parte da noite, ou, semanalmente, no horário da aula da EJA. Em ambas as situações, uma educadora se responsabiliza pela coordenação do espaço.

Nos horários de aula do EJA, se as crianças não tiverem uma atividade, elas ficam perturbando (Entrevistada 19).

No que se refere, principalmente, à questão de gênero dentro da estrutura do MST, existe o setor de gênero, cujo objetivo é apoiar a discussão, nos

acampamentos, assentamentos e em todo o MST, de temas ligados à questão de gênero, como, por exemplo, a participação da mulher nas diversas instâncias do Movimento.

[...] desde que a gente entra pra dentro do Movimento, a gente conversa [sobre gênero], já fala que tudo é igual, tem que sê igual. Só que tem uns que, acho, que não se adaptou com isso não (Grupo Focal).

Verifica-se que não há atividades de formação sobre o tema gênero e o assunto ainda aparece algo que diz respeito apenas às mulheres, mesmo que o discurso seja o contrário.

Eu acho que, na verdade, uma das coisas que a gente não consegue trabalhá é isso [relações de gênero] (Grupo Focal).

[...] a nível estadual, a gente [MST] tenta puxá esse trabalho no setor de gênero, mas, aqui na região sul, a gente tem dificuldade de trabalhar esse setor. Aqui, no nosso Assentamento, por exemplo, nem existe o setor de gênero. A gente não sabe como trabalhar ele (Grupo Focal).

O Setor de Gênero que, teoricamente, teria o papel de estimular e criar condições para o avanço do tema, não existe na área. Até meados de 2007, sua constituição era apenas formal, sendo denominado de Setor de Formação e Gênero. Suas atividades eram completamente diferentes da sua proposição inicial.

Às vezes tem uma atividade atrapalhada e tem que chegá. Ainda tinha um outro setor que nós trabalhava nele, o Setor de Gênero, fala gênero, mas é a disciplina. Pra não falá disciplina falava gênero. Aí participava, eu, a Carla, a Márcia e o Felipe, mas tava ficando feio porque parecia, às vezes, dava problema. Nós ia chegar na pessoa, acabava. Teve uns que até brigou mesmo com nós. Aí, nós propôs pra eles pra acabá com esse Setor. Aí se precisá de Disciplina, nós leva lá na coordenação. Porque lá tem mais força, né? Aí, pra num fica só pra quatro, às vezes, você faz

uma coisa errada. Eu chego no 'cê e você apela comigo. Mas nós é pouquinho, aí fica ruim. Agora, lá não, lá tem muita gente pra discuti (Entrevistado 5).

Há inúmeras dificuldades no avanço do debate de gênero devido, entre outras questões, à falta de materiais didáticos e espaços que fortaleçam a discussão. Reforça-se também a naturalização de relações de gênero desiguais, tratada, muitas vezes, como uma divisão social de trabalho.

Falta material de estudo para o setor (Grupo Focal).

Trabalho no escuro, não aparece os resultados dos trabalhos (Entrevistada 19).

Apesar de ter havido algumas tentativas de construir espaços de reflexão do tema e até a formação de um grupo de mulheres, poucos avanços foram percebidos na área.

[...] eu até tentei puxar uma vez a organização das mulheres. A gente chegou a tirar a coordenação. As mulher, de início, teve um bom debate, teve sonhos de trabalhar artesanato, mas a gente não conseguiu avanço. O máximo que a gente conseguiu, foi muito legal, quando a gente iniciou isso, tava chegando umas companheiras de São Paulo, Campinas e, como eu já conhecia a área, eu fiz o convite para elas, para a gente conhecê e busca os coqueirinhos para a gente fazer vassouras, pra a gente começa dali a renda pra começo. A gente conseguiu, nesse grupinho, fazer oito vassouras e, aqui dentro da área mesmo, nós conseguiu vendê, mas nós num teve avanço, num foi adiante (Grupo Focal).

[...] a gente queria ter uma atividade nossa, independente do que a gente já faz junto com os companheiro. A gente queria uma coisa nossa, que fosse construção em conjunto de mulheres (Entrevistada 16).

O objetivo principal de se criar um espaço de produção artesanal, mas também de debate sobre relações de gênero, parece se dissipar à medida que não há um aprofundamento da questão.

[...] os homens trabalham muito na lavoura, as mulheres não. Por isso, o plano de desenvolver o artesanato (Entrevista 13).

Algumas [mulheres] participam muito, mas a maioria não trabalha nas atividades coletivas, são sempre as mesmas (Entrevistada 19).

Entendendo as DPOs como espaço público, observou-se que inúmeras mulheres eram muito independentes e assumiram funções anteriormente ocupadas pelos homens. Essa atuação, mesmo se mostrando destacada na assunção de tarefas coletivas do processo de gestão do Assentamento, indica, além das conquistas, uma flexibilização de papéis de gênero (Thebaud, 1999, apud Oliveira, 2006) devido à atuação de homens, muitas vezes por opção, exclusivamente no trabalho produtivo. Portanto, não se pode dizer que reflete em transformação de relações de gênero mais igualitárias.

## **5.2 Relações de gênero no cotidiano familiar**

Nas atividades realizadas ao longo de quase três anos, no Assentamento Santo Dias, convivemos com diversas pessoas no cotidiano familiar, incluindo atividades domésticas variadas, seja nas refeições, pernoites e, principalmente, em conversas informais nas moradias. Esses momentos, juntamente com as informações obtidas nas técnicas empregadas na pesquisa, foram fundamentais em nossa análise do que chamamos de espaço privado e ou doméstico, referindo-se a relações de gênero.

No cotidiano familiar, a divisão do trabalho parece permanecer com assimetrias de gênero, em que as rotinas de homens e mulheres refletem bem

uma divisão sexual do trabalho. A rotina diária<sup>48</sup> de uma das assentadas demonstra bem o padrão das atividades de uma mulher no assentamento, seja no espaço doméstico ou nas atividades coletivas.

Levanto às 6 da manhã, cõo o café, dou café para as meninas e elas vão para a escola. Depois, começo a tratar da criação [galinha e porco], lavo a roupa e, nesse meio tempo, o companheiro está trabalhando na roça ou nos coletivos. Às vezes, eu ajudo na roça também, na “carpina”. Às 11 horas, o almoço está pronto. Aí as crianças voltam da escola. Na parte da tarde, elas ajudam no viveiro de mudas coletivo. Estou aprendendo a bordar, do tipo ponto cruz – a Mariana é quem está puxando isto no assentamento – e pratico bordado depois do almoço. Durante a tarde, trabalho na horta coletiva. Os homens ajudam, mas são mais as mulheres quem trabalham lá. Vindo da horta, já começo a fazer a janta, dou banho nas minhas filhas. De 15 em 15 dias, tem reuniões do setor de saúde, que eu faço parte. É nas segundas-feiras, às terças-feiras de coordenação e quarta-feira, os núcleos. As reuniões vão das 6 da tarde às 10 da noite. Depois da reunião, durmo” (INCUBACOOOP/UFLA, 2007).

Essa rotina diária reflete um padrão geral de mulheres do Assentamento. Ela será utilizada para a apresentação de nossos argumentos acerca do trabalho no espaço doméstico. Um aspecto que chamou atenção é a diversidade de atividades da assentada, em contraponto à maioria dos homens que dedica seu tempo prioritariamente às atividades agrícolas.

Mesmo diante do fato de a mulher atuar em todas as atividades do campo, os discursos de ambos os sexos permanecem caracterizando o trabalho feminino como ajuda. As responsabilidades das atividades econômicas são sempre masculinas.

---

<sup>48</sup> A rotina diária é uma técnica do DRPE que proporciona compreender o cotidiano de assentados e assentadas em um dia de trabalho no espaço público e privado.

[...] na roça, eu contribuo. Dentro de casa é meio complicado [...]. Aqui é assim, a maioria das mulher contribui na roça (Grupo Focal).

Às vezes, eu ajudo na roça também, na carpina (Grupo Focal).

Esse relato não é exclusivo dessas assentadas. O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família, levando a uma subestimação, pelas próprias mulheres, da jornada dedicada à atividade agropecuária, o que contribui para a invisibilidade do seu trabalho.

[...] eu, na verdade, me sinto melhor trabalhando na roça do que em casa, graças a Deus [...]. Às vezes, a gente passava necessidade, quando eu tinha que ajudá o companheiro na roça. Eu tinha muito medo de ter que enfrentá um serviço de empregada doméstica, então, eu prefiro a roça (Grupo Focal).

No que diz respeito ao trabalho doméstico, as atividades parecem ser exclusivamente das mulheres.

[...] côm o café [...] começo a tratar da criação [...] lavo a roupa [...] o almoço está pronto [...] começo a fazer a janta [...] dou banho nas minhas filhas [...]  
(INCUBACOOOP/UFLA, 2007).

[...] lá em casa é difícil, dentro de casa sou eu (Grupo Focal).

[...] pra fora, é ele, alimentação, horta e, no geral, limpeza e arrumação é eu (Grupo Focal).

O trabalho doméstico tem fases tão intensas que sobrecarregam e impedem que a mulher possa fazer outras atividades fora do espaço doméstico.



Era muita gente na casa. Meus menino mais novo estudava, era os outro tudo trabalhando e muita chuva e ia adubá café na fazenda e chegava, a hora que chagava, tirava as roupa, ia no banheiro [...] Essa época eu não tinha tanquinho, era tudo na mão, era escovando roupa o dia todo e costurando. Tinha vez que eles trocava até três vezes na semana, quatro, três quatro vezes, e era seis homem trabalhando [...] eu não dava conta de trabalhar no café, eu tinha vontade de ir pra aprender (Entrevistada 4).

O discurso dos assentados e assentadas enfatiza que ambos podem cuidar dos filhos(as), mas frisam que certas tarefas cabem “naturalmente” à mulher, supondo que trabalham menos que os homens.

[Sobre o cuidado com os filhos] é mais as mães mesmo [...] meu marido quase não para dentro de casa e o pior, que os menino têm mais medo, mais respeito dele que comigo (Grupo Focal).

Isso não impede, entre as mulheres assentadas, que haja críticas à falta de participação mais ativa entre os homens na vida familiar, principalmente no cuidado com as crianças.

O meu mesmo [marido], eu acho ele, um pouco até machista, ele não se envolve com o serviço [...] meio que separa o serviço [...] Às vezes eu penso que não é machismo, é folgado mesmo [...] Mas, às vezes, é implicância minha, às vezes (Grupo Focal).

Já vi muitos homens chamá a mulher de patroa [...] chato né? Ser reconhecida assim pelo companheiro da gente como patroa. Quando a gente pensa no casamento, a gente não queria ser patroa, queria ser companheira, mas, infelizmente, ainda existe muito isso (Grupo Focal).

Muitas delas demonstram preferir as atividades da roça ao trabalho doméstico.

Eu acho que o serviço de casa é todo dia aquela mesma coisa. Todo dia você tem que levantá, arrumá café pras crianças, arrumar louça pra lavar, uma roupa pra lavar, é isso aquilo, é o dia inteiro, você não descansa, entendeu? E na roça, não. Não é todo dia aquela mesma coisa [...] Não é cansativo, é castigante [trabalhar em casa] [...] num lugar fechado[...] Você vive em uma cidade grande, você já vive fechado. Aí, quando você vem pra roça, você quer desbravar tudo (Grupo Focal).

Como a gente ta plantando agora, eu prefiro a roça. É que eu não posso ir todo dia, porque ele vai de moto e eu não gosto de moto. Mas, quando a gente vai, já carpi café, mexe com horta. Se eu pudesse, eu não faria serviço de casa, queria ficar só na roça. É só nois dois, mas, mesmo assim, eu preferia chegar em casa e tá tudo pronto [risadas] e só ir pra roça. Não sei se é porque a gente trabalhou muito no hospital, morou dentro dele e tinha que chegar em casa, tinha que lava roupa (Grupo Focal).

Contudo, há casos em que as tarefas domésticas são divididas entre o casal.

No começo, quando nós tava criando nossos filhos, que nós temo quatro, meu marido me auxiliava muito em casa. Quando as crianças era pequena, ele praticamente assumia as tarefa de casa. Agora, tão tudo [os filho] moço, ele descansa um pouquinho, mas, a gente ainda consegue fazer essa troca de ajuda. Eu ajudo ele no servicinho da roça, mas ele também consegue me ajudá em casa, no cuidado com as criação que a gente tem, porco, galinha. O trabalho são meio que dividido, a gente consegue faze isso junto (Grupo Focal).

No que diz respeito à organização de recursos da família, observamos algumas questões, como Cappellin e Castro (1997), que fizeram estudos em assentamentos do Brasil, focalizando processos de fazer, pensar e decidir.

O **fazer** apareceu com a forte participação de mulheres nas mais diversas tarefas.

Ela faz tudo que o meu pai faz e mais um pouco. Ela é coordenadora de núcleo, de catequese [...] (Entrevistada 9).

[...] nem qualquer [tipo de trabalho]. Eu, por exemplo, o que eu nunca ajudei o meu marido fazer é roçada de pasto. Isso eu nunca tentei, nunca fiz não, mas das outras coisas eu já fiz de tudo um pouco, até porque eu tive que aprender logo cedo [...] Meu pai precisô ajudá nós a ajudá ele, porque o primeiro filho dele veio homem e veio um só. Depois foi vindo só mulher, mulher, mulher. Aí eu tive que aprender pra tá ajudando ele também. E isso foi muito bom, que pelo menos eu me livrei dessa rotina de que menina mulher foi criada para cuidar da casa. Eu, pelo menos, não peguei essa parte. Faço de tudo, graças a Deus, desde do serviço de casa, algumas produção de alimentação, tipo farinha, mandioca, milho, essas coisa (Grupo Focal).

O **pensar** reflete opiniões sobre como o lote está se desenvolvendo, como deveriam ser aplicados os recursos e o tipo de produção a ser desenvolvida. A maioria das mulheres demonstrou ter estas preocupações.

[Vocês já começaram a plantar?] Não, eu não, no meu lote, ainda. Não, porque o meu lote fica no alto, então, a dificuldade da água é um pouco difícil. Então, é assim. Eu tenho um objetivo diferente, eu penso diferente. Antes de começar a plantar, eu quero, primeiro, cercar. Então, a gente precisa ter um rumo certo, pelo menos a cerca [por causa do gado] (Entrevistada 6).

O **decidir** faz referência a como marido e mulher tomam as decisões sobre o destino do núcleo doméstico, da produção familiar e das perspectivas de investimentos para o futuro. Como confirmado pela literatura, encontrou-se uma diversidade de relações. As situações vão desde as mulheres que afirmaram não participar das decisões, àquelas que afirmaram decidir tudo conjuntamente, àquelas que apontam que “a palavra final era dele” ou até àquelas que de fato gerenciam os lotes, deixando à responsabilidade dos homens a formação da renda provinda dos trabalhos externos aos assentamentos.

[Vocês vendem alguma coisa para fora?] Ainda não. Ele [o marido] vendeu, esse ano, vendeu uns 10 saco de arroz. Deu pra vendê um pouco e o ano passado, ele vendeu dois saco de feijão, mas não foi bem do gasto nosso não, foi do coletivo. Depois que ele pegou do coletivo, ele vendeu [...] Aí nós vendeu dois saco de feijão e o outro deu pra passá o ano o que nós colhemo e, ali fora, acho que tem da colheita do ano passado. E fora é um pouquinho de amendoim, só que é um pouquinho, não planta muito, um pouquinho de milho de pipoca e o arroz planta bastante. Só que esse ano ele não entrou no coletivo. Esse ano é da colheita nossa mesmo. Ele colheu 24 volume de arroz, aí ele vendeu 10 saco (Entrevistada 4).

[...] eu tenho um cavalo e um potro e tenho treze cabeças de gado, entre bezerro e gado adulto. Você quer saber de porco? [perguntou para mim]. Minha porca pariu 10 leitões [...] Mando matar porco, mando fazer tudo, porque ele [o marido] não se intromete na minha vida. É eu que tô aqui, inclusive, eu sou da Associação também. Eu sou uma das fiscal da Associação, então, o que eu decidi tá decidido (Entrevistada 2).

Um fato que pode contribuir para uma maior igualdade no espaço doméstico, no que se refere à tomada de decisão, é a obrigatoriedade da titulação conjunta do lote. Segundo Deere e León (2002), isso reforça a igualdade de gênero na administração doméstica, servindo para reforçar o princípio de que ambos os cônjuges representam a família e podem administrar a propriedade.

O Brasil foi um dos países pioneiros, na América Latina, na instituição de distribuição e titulação de terras para casais. Contudo, tal medida não mostrou ser eficaz, pois, até 2003, não havia obrigatoriedade da lei, a distribuição era uma opção do casal. O MST adotou, em 1999, a obrigatoriedade da titulação conjunta de terras nos assentamentos ligados ao movimento.

No Assentamento Santo Dias, o assunto parece estar bastante difundido e a maior parte das famílias tem a titulação com o nome do homem e da mulher, nos casos em que a família é do tipo nuclear. Na prática, alguns depoimentos

sinalizam que, no Santo Dias, as mulheres assinam antes do que os homens.

Eles fala que a assinatura primeira é da mulher, mas acho que é dos dois. Mais ou menos eu acho que é dos dois (Entrevistada 4).

É o nome da mulher primeiro, aí ele assina, porque, se eu [mulher] não tiver aqui e vim o CCU [Contrato de Concessão de Uso], ele não assina, mesmo tando o nome dele lá. Se eu não assiná primeiro, ele não assina, então, basicamente, é no nome da mulher. Para não ter aquele negócio de é meu. E a mulher é um pouco mais cabeça. Não tô dizendo que o homem não seja, mas, eu acho que ela é mais segura. Ela é mais segura com as coisa. O homem, ele não pensa duas vezes (Entrevistada 6).

Ao analisar cuidadosamente todas as informações, percebe-se que as atividades das mulheres têm um peso significativo nas atividades produtivas da família.

[...] ela tanto fica na casa como na roça também [...] e ela leva o menino ali pra ir pra escola (Entrevistado 1).

Contudo, nos parece que esse peso caracteriza-se como tripla jornada de trabalho, à medida que a mulher se responsabiliza pelas atividades domésticas, que abrangem o cuidar da casa, das crianças da produção em torno da casa; o ajudar na produção familiar e a gestão do assentamento, em atividades de setores e núcleos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, seria inviável resumir aqui todas as reflexões e análises produzidas ao longo de três anos de convivência no Assentamento Santo Dias e quase dois anos na elaboração desta dissertação. Isso foi feito e apresentado de forma mais apropriada no decorrer deste trabalho, até porque muitas foram as questões que, durante a construção deste estudo e outras tantas, surgiram no desenvolvimento de todo o processo investigativo, foram analisadas e discutidas. Cabe-nos, entretanto, o esforço no sentido de elaborar uma síntese, com o fim de resgatar os objetivos da pesquisa, permitindo a identificação de contribuições para o campo, inclusive a partir da formulação de sugestões, outros questionamentos ou possibilidades de ampliação futura deste estudo.

No decorrer do processo, incluindo a elaboração do projeto, nas vivências e a produção escrita da pesquisa, fomos compreendendo que era necessário fazer escolhas dentro de um campo de análise possível. O que significa dizer que a análise aqui apresentada é historicamente datada e representa apenas uma, entre outras possibilidades. A própria escolha teórico-metodológica deixa clara a impossibilidade de se pensar em totalidades, realidades estanques e sujeitos universais. Não buscamos certezas, mas as contradições, as singularidades das relações sociais e dos sujeitos envolvidos, sobretudo em relações de gênero, especificamente em um assentamento rural ligado a um movimento social popular de luta pela terra. Essas relações representam apenas algumas das relações sociais multifacetadas e contraditórias pelas quais os sujeitos se constituem.

Inicialmente, estudar gênero em um assentamento organizado pelo MST associava-se quase que linearmente à presença de relações de gênero igualitárias naquele espaço. Era como se o engajamento no processo de luta pela terra e

reforma agrária, com a dose de coragem, ousadia e determinação necessárias, possibilitassem a “produção contínua” de homens e mulheres mais abertos ao diálogo no espaço doméstico e à divisão de tarefas, por exemplo.

Ao vivenciar o cotidiano do Assentamento, em meio a tantas dificuldades, foi possível observar situações de trabalho que não eram iguais para homens e mulheres. A organização do assentamento seguiu diretrizes estabelecidas pelo MST para coletivos, e ocorreu em torno das divisões político-organizativas, mas, de forma singular, foi se constituindo de acordo com as necessidades cotidianas do grupo. Discursos acerca de relações de gênero, produzidos pelo MST, circularam no assentamento quando da organização e divisão do trabalho. Os(as) assentado(as) buscaram, nessa organização, incluir a participação de homens e mulheres em todos os trabalhos do assentamento. Esse processo não foi tão simples assim, como pôde ser percebido na predominância de homens e de mulheres em alguns setores, o que revela o fato de que os discursos não se aplicam ao trabalho cotidiano de forma mecânica.

O contato com o assentamento indicou que, no espaço público, as mulheres são muito independentes e assumem grande parte do processo de gestão da área, em funções anteriormente ocupadas pelos homens. No espaço doméstico, ao contrário, as relações entre homens e mulheres parecem extremamente desiguais, principalmente no trabalho doméstico e no cuidado de filhos(as).

A assunção, por parte de mulheres, de atividades de gestão no assentamento, muitas vezes, encobre atividades deixadas de lado por homens que se isentam dentro da própria área ou porque trabalham fora do assentamento. Nesse sentido, toda essa independência feminina resulta em acúmulo de atividades, sobrecarregando um reduzido número de mulheres que, além de corresponder apenas a 25% do assentamento, não participam em sua completude.

No entanto, não se podem deixar de lado os perceptíveis avanços conquistados em busca de igualdade de gênero, sejam eles originários do processo de luta pela terra e/ou na assimilação das linhas políticas do MST, principalmente na titulação conjunta da terra pelo casal e as cotas para mulheres nas DPOs, mas, sobretudo, pela conquista de mulheres e homens que lutam contra qualquer tipo de desigualdade no dia a dia.

São muitas mudanças para pouco tempo. Com apenas oito anos de existência, não se pode afirmar que ocorreram transformações de relações de gênero; as contradições ainda estão muito presentes na área. Contudo, ainda, entende-se que assentamentos são espaços privilegiados para o debate de relações de gênero.

O relato de uma assentada sintetiza bem o avanço no debate de gênero, mostrando que o processo de transformação para relações de gêneros mais igualitárias ainda está em processo.

[Sobre a igualdade de gênero] a gente ainda não chegou ao ideal, que o ideal é que a família toda participe, o companheiro, a companheira. Mas, a gente tem muita dificuldade nessa construção aí. Talvez, um pouco, seja a maneira como a gente foi criado, no conservadorismo e, às vezes, impede que a gente consiga melhor organização (Entrevistada 16).

Quanto às sugestões de continuidade de pesquisas, consigo vislumbrar várias potencialidades, sejam as que percebemos como limitações deste estudo ou aquelas que concebemos como importantes complementos. A ampliação de estudos que aprofundem a trajetória do debate de gênero no MST parece um ponto relevante, pois, apesar de haver boas contribuições, como a de Furlin (2009), por exemplo, ainda há carência de um estudo mais profundo acerca do tema.



Outra sugestão que é relevante expressar diz respeito tanto a este estudo quanto à concepção de gênero por parte do MST. Entendemos que é impossível se desvinciliar da questão de gênero sem que esta esteja intimamente ligada à raça/etnia e classe e é o que nos parece acontecer no MST, que sempre teve uma preponderância de grupos que defendem a utilização pragmática do marxismo<sup>49</sup>, hegemonizando a luta de classes. Apenas recentemente o tema gênero se inseriu, entretanto, ainda subordinado ao debate de classes. Quando se busca alguma ligação com a questão étnico-racial, parece haver um vácuo, como se fosse um tema superado. Não é nossa opinião, pois acreditamos ser uma questão tão importante quanto classe e gênero.

Para encerrar as considerações finais, apresentamos um questionamento de um assentado, feito ao final de uma das entrevistas realizadas para a pesquisa, que não se relaciona com o debate de relações de gênero, mas sim com a relação pesquisador/pesquisado. Ao término da conversa, ao agradecer pelo tempo que ele havia cedido e ao demonstrar por meio de agradecimentos o quanto era importante aquele espaço para nós, estudantes e para a consolidação desse tipo de pesquisa na Universidade, ele me respondeu dessa maneira:

Eu acho também engraçado vocês falá que aprendeu algumas coisas com a gente aqui. A gente imagina que as pessoas que estuda bastante têm mais que ensiná pra quem não estudou, então vocês fala que aprende. É engraçado (Entrevistado 3).

---

<sup>49</sup> O MST utiliza em suas obras (livros, cartilhas, cadernos de formações, informativos, jornais e etc.) os mais diversos autores, frequentemente dentro do arcabouço marxista. Este corpo teórico contempla diversos pensadores clássicos, como Marx, Engels, Lênin, Mao Tse-Tung e Rosa Luxemburgo. E também pensadores nacionais, como: Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, José de Souza Martins e Caio Prado Jr, entre outros (Oliveira, 2008, p. 145).

Nesse momento, um pouco sem palavras, respondi a ele o quanto o período que passei na área foi importante para a minha formação e o quanto aprendi com os relatos de assentados e assentadas, com a organização interna, mas, principalmente, com a utopia que se renova no dia a dia de cada um deles e delas. E ele novamente respondeu:

Viver aqui nos *sem-terra* tem que ser otimista, 100% otimista. Se não você não consegue viver aqui, por várias questões, de acostumar com as pessoas, cada um veio de um lugar diferente, costume diferente, tem que ter paciência, fazer análise de conjuntura, tem que ser sonhador e saber que o mundo é uma disputa. Porque o mercado de trabalho para quem não estudou não oferece nenhuma chance, então, a opção de trabalhar na terra é a melhor opção.

Agora, no final dessa dissertação, tenho certeza de que fiz as escolhas certas, seja do Assentamento Santo Dias, seja do debate de gênero, seja, como citei no início do trabalho, das *perfumarias*. No mínimo, encerro o texto prazeroso e perfumado.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. Apostila.

AMARAL, A. P. **Questão agrária e agroecologia**: relato de experiências de transição agroecológica do assentamento Santo Dias. 2009. 54 p. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 312 p.

BOGDAN, R. C.; BIKKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1994. 335 p.

BRASIL. Lei nº 4505, de 30 novembro de 1964. Dispõe sobre o imposto do selo e da outras providencias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 nov. 1964.

BRASIL. Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 de set. 1995.

BRYM, R.; LIE, J.; HAMLIN, C. L.; MUTZENBERG, R.; SOARES, E. V.; MAIOR, H. P. S. **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thompson, 2006. 609 p.

CAPPELLE, M. C. A.; BRITO, M. J.; MELO, M. C. de O.; VASCONCELOS, K. A. A produção científica sobre gênero nas organizações: uma meta-análise. **REAd**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, set./out. 2007.

CAPPELLIN, P.; CASTRO, E. G. Fazer, pensar e decidir: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais: algumas reflexões a partir de três estudos de casos. **Raízes**, Campina Grande, n. 15, p. 113-130, dez. 1997.

CARNEIRO, M. J. Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2002. CD-ROM.

CHANLAT, J. F. **Ciências sociais e management**: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000. 100 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Nota da CPT de Minas Gerais**: risco de massacre de Sem Terra no Sul de Minas. Belo Horizonte, 2009. Disponível em:<[www.cptmg.org.br](http://www.cptmg.org.br)>. Acesso em: 1 jun. 2009.

COSTA, L. C. **Um breve estudo sobre a extensão rural vinculado a utilização de diagnóstico rápido participativo em um assentamento de reforma agrária no sul de minas**. 2008. 80 p. Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

COSTA, L. F. de C.; MARINHO, R. J. de A. A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. In: COSTA, L. F. de C. A.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Org.). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad/EDUR, 2008. 344 p.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 501 p.

DIEGUES JUNIOR, M. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. 320 p.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005. 344 p.

FERREIRA NETO, J. A.; DOULA, S. M. **Assentamentos rurais**: mobilização, organização imaginário social. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2003. 118 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Principais indicadores demográficos e produto interno bruto (PIB), segundo regiões de planejamento 1970/1980/1991/2000/2007**. Belo Horizonte, 2008.

FURLIN, N. **A questão de gênero no MST**: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação da mulher. Brasília, 2009. Disponível em:<[http://www.observatoriodegenero.gov.br/publicacoes\\_listar](http://www.observatoriodegenero.gov.br/publicacoes_listar)>. Acesso em: 15 nov. 2009.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. 343 p.

HEREDIA, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.; LEITE, S. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. In: COSTA, L. F. de C. A.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Org.). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad/EDUR, 2008.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Relatório do diagnóstico rápido participativo e emancipador no assentamento Santo Dias**. Lavras, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 17 ago. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores 2006**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais. Porto Alegre: Artmed/UFMG, 1999. 340 p.

LECHAT, N. M. P. Relações de gênero em assentamentos do MST (RS): a participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas. In: PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F. R.; ALMEIDA, J. A. (Org.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1996. p. 93-116.

LEITE, S.; HEREDIA, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.; LEITE, S. **Impactos dos a mpactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Instituto Interameicano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. da. **Terra prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 211 p.

LISBOA, T. K. Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de “empoderamento”. **Gênero**, Niterói, v. 2, n. 2, p.131-149, 2002.

MAGRINI, P. R. **Cooperação:** trabalhando um processo de formação emancipadora – INCUBACCOP/UFLA. 2007. 39 p. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001. 720 p.

MARTINS, J. de S. O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Travessias:** a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 11-52.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a luta política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

MEDEIROS, L. S. de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ /UNRISD, 2002.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. **Assentamentos Rurais: Mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2004. 307 p.

MINAS GERAIS. Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais. **Cidadania no campo.** Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.iter.mg.gov.br/noticias.php?type=1&cod=31>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Construindo novas relações de gênero, desafiando relações de poder.** São Paulo, 2003. (Setor de Gênero).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Método de trabalho e organização popular**. São Paulo, 2005. (Setor de Formação).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Reforma agrária necessária**. São Paulo, 2006.

NADER, M. B. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: Edufes, 2001. 139 p.

OLIVEIRA, L. A. A. Á de. **A forma política do MST**. 2008. 206 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, M. L. S. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária**: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais. 2006. 132 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 5, n. 28, p. 64-70, ago. 1987.

PEREIRA, J. R. **De camponeses a membros do MST**: os novos produtores rurais e sua organização social. 2000. 220 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília.

PEREIRA, J. R.; LITTLE, P. E. **Diagnóstico rápido participativo emancipador**: a base para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária. Brasília: Embrapa, 2000.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 322 p.

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000. 262 p.

REZENDE, A. de C. **O processo educativo no assentamento Santo Dias – MST, sob olhar de uma assentada**. 2009. 52 p. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

ROSA, J. G. Minas Gerais. In: \_\_\_\_\_. **Ave, palavra**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978. p. 245-250.

RUA, M. das G; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panela”?: as relações de gênero nos assentamentos rurais.** Brasília: UNESCO, 2000. 347 p.

SAFFIOTI, H. I. B. Reminiscências, releituras, reconceituações. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, p. 97-103, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: P. Abramo, 2004. 152 p.

SALVARO, G. I. J. **“Ainda precisamos avançar”**: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) em SC. 2004. 183 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1989.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1980. 108 p. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, R. B. **Mulheres no assentamento Santo Dias: entendendo as relações de trabalho no dia a dia da comunidade.** 2009. 42 p. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

SOIHET, R. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. **Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 95-115.

STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional.** São Paulo: Expressão Popular, 2005. STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SUÁREZ, M. Gênero: uma palavra para desconstruir idéias e um conceito empírico e analítico. In: ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS DO FUNDO DE GÊNERO NO BRASIL: PROJETO FUNDO PARA A EQUIDADE DE GÊNERO, 1999, Campinas. **Palestra...** Campinas: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, 1999. 18 p.



TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

UNIVERSIDADE FERDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Final de Assentamento do P. A. 1º do SUL**. Viçosa, 2002. Disponível em:<<http://www.assentamentos.com.br/files/pdfs>>. Acesso em: 29 jul. 2009.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA, 2006. 62 p.

VIA CAMPESINA. Who is la via Campesina. Jakarta, 2010. Disponível em: <[www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)>. Acesso em: 19 jan. 2010.

## ANEXOS

ANEXO A		<b>Página</b>
FIGURA 1A	Grupo de mulheres descascando alho.....	109
FIGURA 2A	Grupo focal de mulheres.....	109
FIGURA 3A	Quebra do milho coletivo.....	110
FIGURA 4A	Mostra de alimentos produzidos no Assentamento Santo Dias.....	110
FIGURA 5A	Reunião do setor de Juventude e Cultura.....	111
FIGURA 6A	Aula da EJA na Escola Paulo Freire.....	111
ANEXO B		<b>Página</b>
TABELA 1B	Síntese das entrevistas.....	113

## ANEXO A



FIGURA 1A Grupo de mulheres descascando alho (maio de 2009).



FIGURA 2A Grupo focal de mulheres (Agosto de 2009).



FIGURA 3A Quebra do milho coletivo (Maio de 2009).



FIGURA 4A Mostra de alimentos produzidos no Assentamento Santo Dias (Maio de 2009).



FIGURA 5A Reunião do setor de Juventude e Cultura (Maio de 2009).



FIGURA 6A Aula da EJA na Escola Paulo Freire (maio de 2009).

## ANEXO B

TABELA 1B Síntese das entrevistas

Informações/ entrevistados(as)	Sexo		Idade	Entrevista	Divisões político-organizativas		
	Feminino	Masculino			Núcleo de família	Setor	Outra DPO
Entrevistado 1		X	64	Vivência 2	Florestan Fernandes	-----	-----
Entrevistada 2	X		55	Vivência 2	Florestan Fernandes	Saúde	Conselho Fiscal AAFASD
Entrevistado 3		X	38	Vivência 2	Bartolina Cissa	-----	Conselho Adm. AAFASD
Entrevistada 4	X		50	Vivência 2	Sidney Dias	Saúde	-----
Entrevistado 5		X	59	Vivência 2	Bartolina Cissa	Saúde	Coordenador de área
Entrevistada 6	X		31	Vivência 2	Florestan Fernandes	Educação	-----
Entrevistada 7	X		63	Vivência 2	Florestan Fernandes	Produção	-----
Entrevistado 8		X	51	Vivência 2	Florestan Fernandes	-----	-----
Entrevistada 9	X		16	Vivência 2	Bartolina Cissa	Juventude e cultura	-----
Entrevistado 10		X	45	Rotina diária DRPE	Margarida Alvez	-----	-----
Entrevistada 11	X		68	Rotina diária DRPE	Florestan Fernandes	-----	-----
Entrevistada 12	X		---	Rotina diária DRPE	Bartolina Cissa	Saúde	-----
Entrevistada 13	X		59	Rotina diária DRPE	Florestan Fernandes	Saúde	Tesoureira da AAFASD
Entrevistada 14	X		51	Rotina diária DRPE	Bartolina Cissa	Saúde	-----
Entrevistado 15		X	---	Rotina diária DRPE	Margarida Alvez	-----	-----
Entrevistada 16	X		42	Entrevista DRPE	Bartolina Cissa	Educação	Coordenação Estadual
Entrevistado 17		X		Entrevista DRPE	Margarida Alvez	-----	-----
Entrevistado 18		X	45	Entrevista DRPE	Margarida Alvez	-----	-----
Entrevistada 19	X		---	Entrevista DRPE	Florestan Fernandes	Educação	-----
Entrevistada 20	X		44	Entrevista DRPE	Florestan Fernandes	Frente de massa	-----
Entrevistado 21		X	28	Entrevista DRPE	Bartolina Cissa	Educação	-----
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>9</b>					